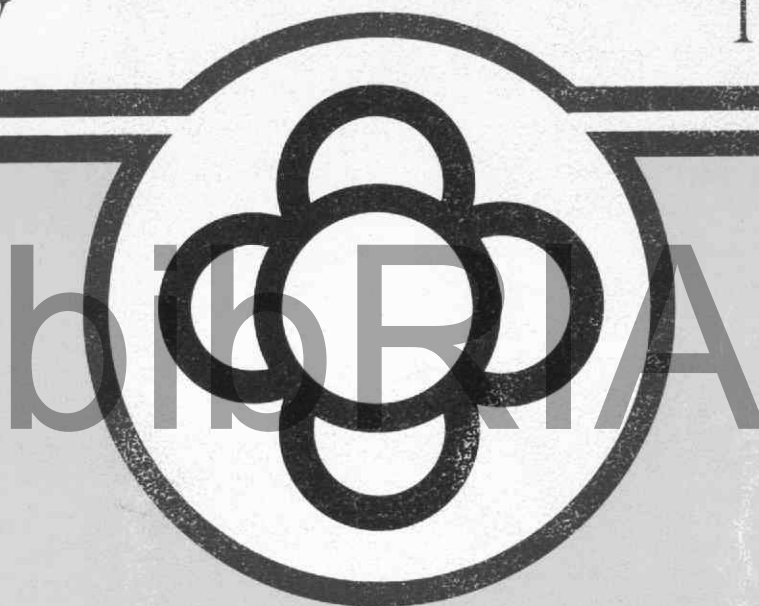


BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

ANO IV

1986 N.º 7



FL
908
141



OFERTA



FUNDO
LOCAL

INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO

REGISTO N.º

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA

bibRIA



A PRAÇA DA REPÚBLICA

«Baixe um pouco os olhos e repare que está pisando estrelas, peixes, flores, liras, pássaros, caravelas! ... Detenha-se um instante a admirar as minúcias dessas admiráveis obras de arte de calcetamento, obra genuinamente portuguesa».

Judith Maggiolly

(«Século Ilustrado», 22-IX-1945)

NA CAPA: Primitivo empedrado da Praça da República, em Aveiro, que tinha a data de 1903.
(Fotografia tirada em 10 de Outubro de 1963).

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Junho de 1986

bibRIA

BOLETIM N.º 7

- | | |
|-----------------------------------|--|
| Direcção | ● Presidente da Câmara Municipal de Aveiro
Vereador do Pelouro da Cultura |
| Propriedade | ● Câmara Municipal de Aveiro |
| Redacção | ● Praça da República — Aveiro — Tel. 24081/82 |
| Supervisão | ● Assessor Cultural da C.M.A. |
| Tiragem | ● 1 500 exemplares |
| Composição
e Impressão | ● Tipave — Tipografia de Aveiro, Lda.
Estrada de Tabueira — 3800 AVEIRO |

SUMÁRIO

A PRAÇA DA REPÚBLICA

ABERTURA

ÓRGÃO AUTÁRQUICOS

DR. JAIME DE MAGALHÃES LIMA
— NO CINQUENTENÁRIO DA SUA MORTE

O FOLCLORE E O DESENVOLVIMENTO
CULTURAL DA JUVENTUDE

FORNO CERÂMICO DE EIXO

O CARRO RURAL DE BOIS

AVEIRO NA FIGUEIRA DA FOZ

ENCONTRO NACIONAL DOS GABINETES
TÉCNICOS LOCAIS

EMPEDRADOS DE AVEIRO

— PRAÇA DA REPÚBLICA

NOTICIÁRIO:

— FUNDAÇÃO GULBENKIAN

— FEIRA DE MARÇO

— COROS AMADORES

— GALERIA-MUSEU MUNICIPAL

— FEIRA DO LIVRO

— FESTAS DA CIDADE E DO MUNICÍPIO

— FABRICA ALELUIA

— FOLCLORE E ETNOGRAFIA

NOTÍCIAS BREVES

EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

• Judith Maggiolly • 3

• José Girão Pereira
Presidente da Câmara Municipal • 7

• Redacção • 9

• Redacção
Mons. Aníbal Ramos • 13

• Maria Fernanda Vieira • 21

• Artur Jorge de Almeida • 25

• Severim Marques • 27

• Redacção
Dr. José Pires Lopes de Azevedo • 31

• Redacção
Conclusões • 35

• Redacção • 40

• Redacção • 41

• Redacção • 43

• Redacção • 44

• Redacção • 45

• Redacção • 46

• Redacção • 47

• Redacção • 49

• Redacção • 50

• Redacção • 51

• Redacção • 54

bibRIA

Os textos assinados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transcritos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

ABERTURA

Já no desempenho do novo mandato à frente do Município, que nos foi confiado pela maioria dos eleitores aveirenses, em voto livre democraticamente expresso, cumpre-me aproveitar este meio para publicamente agradecer a confiança em nós depositada. Em contrapartida, sabemos ter assumido a gravíssima responsabilidade em corresponder às esperanças e aos anseios dos homens e das mulheres da nossa Terra. É nossa sincera aspiração que os seus desejos não resultem em frustração.

O último número do *Boletim Municipal de Aveiro*, dada a quantidade das suas páginas e o cuidado que foi necessário na sua elaboração, saiu do prelo com certo atraso; não foi possível de outro modo. Por isso, a presente edição também chegará às mãos dos leitores com alguma demora, motivada outrossim pelo tempo de férias. É este o primeiro número do *Boletim*, cuja responsabilidade pertence ao Executivo resultante das eleições autárquicas, realizadas em Dezembro de 1985.

Como Presidente da Câmara Municipal, saúdo todos os Aveirenses, sem excepção e por igual. Há que prosseguir, com denodo, no trabalho de minorar carências injustas, de incentivar convivências sadias, de proporcionar melhores condições de vida. Nem tudo se fará... e alguns desejos poderão ficar sem resposta capaz; mas, mesmo que aqui ou ali se dêem apenas os primeiros passos, julgo que terá valido a pena o nosso esforço, embora nos acompanhe o desgosto da insatisfação.

Auguramos ainda que o *Boletim* continue a transmitir algo da índole cultural, referente sobretudo à nossa história, às nossas coisas e à nossa maneira de ser e de estar, e a registar e dar a conhecer os factos mais salientes da nossa vida municipal. Esperamos que a equipa responsável pela sua publicação, com os seus amigos colaboradores, continue generosamente a tomar sobre si esta tarefa, para bem de Aveiro e do seu Concelho. Penso que o *Boletim* tornou-se já um instrumento de ajuda a criar e a fortalecer laços fraternos em prol de uma autêntica comunidade humana... nas Terras de Aveiro.

Aveiro, Junho de 1986.

O Presidente da Câmara Municipal,
José Girão Pereira

bibRIA

Na sequência do acto eleitoral de 15 de Dezembro de 1985, os Órgãos Autárquicos Municipais e as Juntas de Freguesia ficaram assim constituídas, para o quadriénio de 1986-1989:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1) — *Representantes dos Partidos Políticos:*

CDS — Francisco Fernando da Encarnação Dias
Rogério da Silva Leitão
José Arménio Sequeira Pereira
José Luís Rebocho de Albuquerque Cristo
José Carlos da Silva Neves
Jorge Manuel do Nascimento
Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes
Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano
António dos Santos Costa
Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes
Carlos Vicente Ferreira

PSD — Alberto Augusto Faria dos Santos
Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça
José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt
Fernando dos Santos Manata
Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo
António José Valente

PS — Carlos Manuel Natividade da Costa Candal
Gilberto Parca Madaíl
António Rocha Dias de Andrade

APU — Carlos Alberto da Silva Jerónimo

2) — *Presidentes das Juntas de Freguesia:*

ARADAS — Manuel Simões Madaíl
CACIA — Fernando Augusto de Oliveira
EIROL — Manuel Rodrigues Simões
EIXO — Manuel Gaspar Fernandes
ESGUEIRA — Manuel Tavares Duarte
GLÓRIA — Fernando Tavares Marques
NARIZ — Manuel Arede de Jesus
N. S. DE FÁTIMA — Porfírio Vieira de Carvalho e Silva
OLIVEIRINHA — Armando Manuel Dinis Vieira
REQUEIXO — Manuel Branco Pontes



SANTA JOANA — António Norberto da Silva Correia
SÃO BERNARDO — Amândio Canha Ferreira
SÃO JACINTO — Libério da Silva Santos
VERA-CRUZ — Artur José Lopes Lobo

A instalação da Assembleia Municipal de Aveiro realizou-se no dia 7 de Janeiro de 1986.

CÂMARA MUNICIPAL

CDS — José Girão Pereira
Celso Augusto Baptista dos Santos
Vitor José Pedrosa da Silva
José Pires dos Santos
Vitor Manuel Barradas Carvalho de Cerqueira
PSD — Carlos Manuel da Silva Santos
PS — António Manuel de Almeida Alves

A instalação da Câmara Municipal de Aveiro realizou-se no dia 7 de Janeiro de 1986.

CONSELHO MUNICIPAL

O Conselho Municipal de Aveiro ficou assim constituído, para o quadriénio de 1986-1989, pelos seguintes representantes das organizações económicas, sociais, culturais, profissionais e dos trabalhadores dos serviços municipais:

António Óscar Moreira Paulo
António Fernando Vieira Pinheiro
Vasco Alves Lopes
Manuel Rodrigues Alves dos Reis
Armando França Rodrigues
Aristides Hall
Francisco António Tavares Bilé
Joaquim António Gaspar de Melo Albino
Ulisses Manuel Brandão Pereira
Henrique Dambert Moutela
Amorim Rosa Figueiredo
Luís Vitor de Azevedo Félix
Custódio das Neves Lopes Ramos
Zulmira Eneida Sousa Silva Cristo Barreto Cerqueira

Arsélio de Almeida Martins
Arnaldo Dias Teixeira
António José Pereira Bartolomeu
Jorge de Paiva e Cunha
Magno Ferreira
António José da Silva Alves

A instalação do Conselho Municipal de Aveiro realizou-se no dia 12 de Junho de 1986, no Salão Cultural do Município.



JUNTAS DE FREGUESIA

ARADAS — Manuel Simões Madaíl (Presidente) — CDS
António Capela Santos Alcatrão (Secretário) — CDS
Elmano Ratola de Pinho (Tesoureiro) — CDS
Paulo Jorge Neves Martins (1.º Vogal) — CDS
Virgílio de Almeida Magalhães (2.º Vogal) — CDS

CACIA — Fernando Augusto de Oliveira (Presidente) — CDS
Diamantino Pereira da Costa (Secretário) — CDS
Manuel Álvaro Lopes Pereira (Tesoureiro) — CDS

EIROL — Manuel Rodrigues Simões (Presidente) — CDS
Dinis Marques (Secretário) — CDS
Manuel Lopes dos Reis (Tesoureiro) — CDS

EIXO — Manuel Gaspar Fernandes (Presidente) — PSD
Mário António Mq. Rodrigues (Secretário) — PSD
José da Silva Luís (Tesoureiro) — PSD

ESGUEIRA — Manuel Tavares Duarte (Presidente) — CDS
João Tavares Duarte (Secretário) — CDS
Fernando dos Santos Silva (Tesoureiro) — CDS
Hernani Marques de Oliveira (Vogal) — CDS
Manuel Nogueira Madaleno (Vogal) — CDS

GLÓRIA — Fernando Tavares Marques (Presidente) — CDS
João Ferreira da Peixinha (Secretário) — PS
Vitor Manuel Serafim de Matos (Tesoureiro) — PSD
Maria Manuel Faria dos Santos (Vogal) — PSD
José Carlos de Jesus Ferreira (Vogal) — PS

NARIZ — Manuel Arede de Jesus (Presidente) — CDS
Manuel Martins Alberto (Secretário) — CDS
Manuel Alves de Oliveira (Tesoureiro) — CDS

N. S. DE FÁTIMA — Porfírio V. de Carvalho e Silva (Presidente) — CDS
Diamantino Antunes Correia (Secretário) — CDS
Manuel Valente dos Santos (Tesoureiro) — CDS

OLIVEIRINHA — Armando Manuel Dinis Vieira (Presidente) — PSD
Eduardo Queirós do Casal (Secretário) — PSD
Manuel Pires Marques (Tesoureiro) — PSD

REQUEIXO — Manuel Branco Pontes (Presidente) — CDS
João Simões Valente (Secretário) — CDS
José Augusto Soares dos Santos (Tesoureiro) — CDS

SANTA JOANA — António Norberto da Silva Correia (Presidente) — PSD
Francisco Ferreira Simões Ratola (Secretário) — CDS
Vitor Manuel da Silva Martins (Tesoureiro) — PSD

SÃO BERNARDO — Amândio Canha Ferreira (Presidente) — CDS
João Martins da Silva (Secretário) — CDS
José Augusto Pereira de Carvalho (Tesoureiro) — PS

SÃO JACINTO — Libério da Silva Santos (Presidente) — PS
Emanuel Moreno Marques (Secretário) — PS
Maria Isabel Marques Rosa (Tesoureira) — PS

VERA-CRUZ — Artur José Lopes Lobo (Presidente) — CDS
José Mendes Macedo Loureiro (Secretário) — CDS
João Domingos da Naia Graça Paula (Tesoureiro) — APU
António dos Santos Maltez (Vogal) — APU
João Manuel Ferreira da Cruz (Vogal) — APU



Dr. Jaime de Magalhães Lima
(ainda novo)

O Dr. Jaime de Magalhães Lima, que nasceu em Aveiro em 15 de Setembro de 1859, faleceu em Eixo no dia 25 de Fevereiro de 1936: o quinquagésimo aniversário da sua morte foi condignamente comemorado no dia 26 de Fevereiro, com uma homenagem realizada em Eixo, na Quinta de S. Francisco, cuja iniciativa pertenceu à «Portucel».

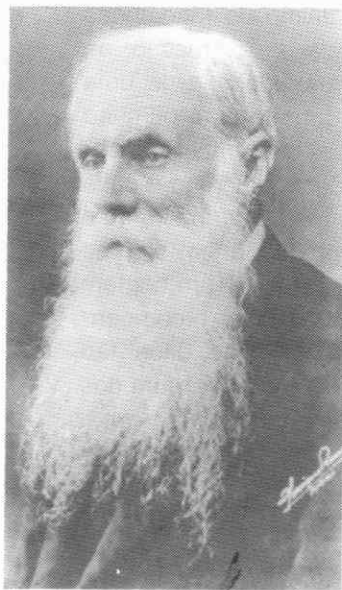
A cerimónia contou com a presença do Governador Civil do Distrito, do Presidente da Assembleia Municipal, de um representante da Câmara Municipal, do Presidente da Junta de Freguesia, do Reitor da Universidade de Aveiro, de um representante do Bispo da Diocese, de outras individualidades locais, de familiares do homenageado e de muitos amigos e admiradores.

Pensador, romancista, ensaísta, contista, crítico, conferencista, jornalista, sociólogo, etnógrafo, paisagista, as publicações do Dr. Jaime de Magalhães Lima são marcadas pelo rigor do estilo e pela eloquência da expressão; ao lê-lo, parece que contemplamos um profeta de uma fraternidade e de uma democracia com base no Evangelho, senão por vezes, durante uma primeira fase da sua vida, num universalismo com laivos panteístas. Individualizado por uma inconfundível estatura moral, dotado de uma inteligência brilhante e culta e de um temperamento calmo e bondoso, emoldurado no rosto de uma longa e farta barba, enriquecido por uns olhos penetrantes e límpidos, quem alguma vez contactou com ele tinha a impressão de estar na presença de um homem superior, entregue a altos pensamentos, sem ambicionar qualquer recompensa, no desejo de tudo dar sem nada pedir. E ouvia-se dele ditos tão espirituosos, de elegância tão original, de graça tão própria, que eram um dos traços mais subtis da sua inconfundível e irradiante fisionomia.

A abrir a sessão pública de homenagem o Eng.º Manuel Queirós, da Direcção Técnica da «Portucel», actual proprietária da Quinta de S. Francisco, diria: — «A nossa modesta homenagem de hoje à memória de Jaime de Magalhães Lima fica justificada por três ordens de razões: a de sermos portugueses e aveirenses minimamente atentos aos valores da cultura do meio em que vivemos; a de partilharmos no nosso dia-a-dia o ambiente onde Jaime de Magalhães Lima viveu, pensou, experimentou, observou e escreveu; e a de sermos técnicos de pastas e de papéis e, como tal, nos sentirmos herdeiros e discípulos dos conhecimentos e da divulgação para as quais Jaime de Magalhães Lima tão acertadamente contribuiu».

O mesmo orador, nas suas palavras, ainda viria a frisar: — «Queremos que a Quinta de S. Francisco continue a ser um monumento à memória do seu ilustre edificador», pois — diria também — «a Empresa tem, nas suas intenções, conservar e melhorar o já famoso arboreto de eucaliptos, enriquecendo-o em número de espécies e variedades para o transformar num dos mais completos ou até o mais completo da Europa em diversidade. Desejamos que os trabalhos de estudo e de investigação, aqui empreendidos, sejam dignos das tradições deste local. Se o conseguirmos, será essa a maior homenagem que poderemos prestar à memória de Jaime de Magalhães Lima».

Durante a sessão, Soares de Oliveira, do Conselho de Gerência da



Dr. Jaime de Magalhães Lima
(em idade avançada)

«Portucel», salientou que na Quinta de S. Francisco se concentra todo o trabalho da pesquisa científica, de engenharia e de gestão técnica da Empresa, enquanto o Dr. Carlos Vidal Coelho de Magalhães evocou aspectos interessantes da vida do Dr. Jaime de Magalhães Lima.

Na ocasião, a «Portucel» editou um livro ainda inédito, do referido escritor — «Entre Pastores e nas Serras»; esta publicação constituiu um dos números salientes da homenagem.

Transcrevemos o prefácio, da autoria de Monsenhor Aníbal Ramos; desta forma, também o *Boletim Municipal de Aveiro* quer relembrar a figura do Dr. Jaime de Magalhães Lima.

Cinquenta anos após o seu passamento deste mundo — e quase de esquecimento, se não fora a homenagem das Câmaras de Aveiro, Ílhavo e Murtosa com a publicação de dois livros póstumos e a erecção dum monumento no Parque D. Pedro da cidade natal — Jaime de Magalhães Lima emerge no firmamento das figuras mais ilustres e veneráveis da nossa cidade como um astro de primeira grandeza que nos ilumina com as cintilações do seu espírito, nos confunde com a simplicidade do seu modo de ser e de estar no mundo, e nos edifica e arrebatava com a bondade do seu coração.

Para quem não teve a felicidade de o conhecer pessoalmente, resta a consolação de poder penetrar no seu pensamento através da grandiosa, multiforme e riquíssima obra literária que nos legou e que, ao fim de cinco décadas, se nos impõe suave e irresistivelmente, tal a beleza, a profundidade e o carisma que o seu invulgar talento nela imprimiu e nos revela.

Autor de trinta livros, de catorze conferências publicadas, de quinze prefácios, de quatro traduções de obras francesas e inglesas; colaborador assíduo de trinta e três revistas e de quarenta jornais; pioneiro da cultura científica do eucalipto no nosso País, a ponto de transformar a sua Quinta de S. Francisco num verdadeiro solar do eucalipto com cerca de oitenta espécies diferentes — durante bastante tempo, a maior colecção da Europa; introdutor da literatura russa do século XIX, sobretudo das obras de Leão Tolstoi, no nosso meio culto que de todo a desconhecia; amigo e confidente de alguns dos mais brilhantes espíritos do último quartel do século passado e do primeiro do actual, como, Antero de Quental, Oliveira

Martins, Eça de Queirós, Alberto Sampaio, António Feijó, Luís de Magalhães, Agostinho de Campos, Júlio Henriques, Teixeira Lopes, Alberto de Oliveira, entre outros; venerador incondicional e discípulo fiel de S. Francisco de Assis, a quem dedicou nada menos de dois livros e o próprio oratório que ergueu junto da sua casa e a ela ligado por um belo arco redondo; admirador de Tolstoi, mas crítico em relação às suas doutrinas; apaixonado por tudo o que a natureza é, produz e manifesta, podendo considerar-se, por isso, precursor dos modernos movimentos ecológicos — são estas algumas das principais facetas da inconfundível personalidade de Jaime de Magalhães Lima.

Franciscano por devoção e quase por instinto, cedo descobriu no Patriarca de Assis um modelo perfeito e uma inspiração permanente para a modéstia da sua casa, voltada ao sol e à paisagem, para o seu desprendimento dos bens materiais e para a simplicidade do seu estilo de vida. S. Francisco foi, por certo, o maior e o mais venerado mestre da sua peregrinação neste mundo.

À pessoa e ao modo de viver de Leão Tolstoi prendeu-o «a mais ilimitada admiração», reconhecendo-o despido de todo o snobismo, absorvido no mistério da terra e aureolado com a humildade, «a maior de todas as bênçãos divinas».

Mas a sua admiração pela pessoa de Tolstoi não o impedia de pôr reservas às doutrinas tolstoianas, contrapondo que, destruída a família, a propriedade e o estado, «a sociedade cai na anarquia, na guerra, na livre soberania da luta pela vida, negação da fraternidade».

A visita pessoal de Jaime de Magalhães Lima a Leão Tolstoi em Iasnaia Poliana feita em 1898 não foi o encontro do discípulo com o professor ou do aprendiz com o mestre, mas o convívio entre dois espíritos superiores, o diálogo franco entre duas mentalidades que por vezes se confrontaram firme e correctamente.

Este encontro com o grande pensador e romancista russo não parece ter sido o objectivo exclusivo da viagem à Rússia, pois o modo como o descreveu — «vindo à Rússia, não pude roubar-me o prazer de visitar o Conde Tolstoi» — contraria tal suposição.

O acolhimento feito por Tolstoi, vestido de roupão e com o

lençol de banho ao pescoço, não começou da melhor maneira. Jaime de Magalhães Lima, acompanhado de um intérprete, apresentou-se como sendo proprietário e jornalista, ao que Tolstoi replicou severamente: «O que há de melhor é pedir esmola; ser intérprete já é melhor do que ser proprietário, mas ser proprietário é o que eu conheço de pior» — «c'est ce qu'il y a de pire», teria dito em francês, segundo a informação pessoal que me foi dada pela filha mais velha do escritor aveirense, D. Maria do Cardal.

As relações pessoais e literárias entre os dois escritores não ficaram por aqui. Nesta entrevista, Jaime de Magalhães Lima, vendo o seu hospedeiro mais preocupado com problemas de religião e de moral do que com assuntos literários e sociais, falou-lhe de Antero de Quental e ficou de lhe mandar um exemplar de *Os Sonetos em língua alemã*. Quando cumpriu esta promessa, escreveu-lhe uma carta, datada de 15 de Março de 1889 e existente no Museu de Tolstoi em Moscovo, na qual lhe manifestava o seu vivo reconhecimento pela recepção — «uma das mais doces e encantadoras recordações da minha vida», — renovava a sua admiração e fazia uma verdadeira confissão da sua vida pessoal nessa altura.

Lamentavelmente, a resposta de Tolstoi a essa carta e, porventura, a outras mais desapareceu. As cartas que restavam na posse da Família Magalhães Lima foram-me gentilmente confiadas para estudo e, entre elas, não havia qualquer vestígio de correspondência do autor de *Guerra e Paz*.

Quando faleceu, o escritor aveirense deixou nas gavetas do seu escritório pelo menos um livro já preparado para entrar na tipografia: «Entre pastores e nas serras», e apontamentos para mais uns outros sete. Entre estes, um esboço biográfico de Leão Tolstoi, de que apenas pôde redigir o primeiro capítulo. A ser concluído, constituiria o complemento do estudo «As doutrinas do Conde Leão Tolstoi» e a coroa da vasta série de artigos e estudos que espalhou pela imprensa portuguesa do seu tempo sobre a sua pessoa e sua obra.

De resto, quase como ícone votivo, um retrato do romancista russo estava no escritório da Quinta de S. Francisco, na parede contígua à mesa de trabalho, o que só por si documenta a admiração

que lhe votava e a inspiração que nele sempre procurava.

No entanto, a visita a Iasnaia Poliana e toda esta vasta produção tolstoiana eram praticamente desconhecidas dos inúmeros admiradores de Leão Tolstoi até que William B. Edgerton, professor da Universidade de Indiana nos Estados Unidos, leu no «Diário» de Tolstoi uma referência a Antero de Quental e, ao procurar numa história de literatura portuguesa mais informações sobre o autor de Os Sonetos, descobriu o nome de Jaime de Magalhães Lima e a sua visita a Iasnaia Poliana.

Investigador sereno e objectivo, veio a Aveiro, em Setembro de 1971, expressamente para encontrar cartas inéditas do escritor russo, pois recusava-se a admitir que Tolstoi não tivesse respondido ao escritor aveirense nem agradecido a oferta de Os Sonetos.

O autor deste prefácio acompanhou o professor americano durante a estada em Aveiro e levou-o à Quinta de S. Francisco, onde os recebeu gentilmente a neta do escritor aveirense, D. Maria do Rosário Magalhães Lima Mascarenhas de Almeida Azevedo.

Cartas de Leão Tolstoi não as havia, mas não faltaram elementos para revelar o papel pioneiro de Jaime de Magalhães Lima na divulgação da literatura russa do século XIX e, particularmente, da obra de Tolstoi ao público português e mesmo às classes mais cultas.

Com estes elementos e outros que viria a colher em Coimbra e Lisboa, William B. Edgerton pôde documentar-se para escrever um precioso estudo TOLSTOY AND MAGALHÃES LIMA, que foi publicado pela revista americana Comparative Literature, (volume XXVIII, n.º 1, em 1976).

A partir daí, o nome de Jaime de Magalhães Lima passou a ser conhecido na vasta confraria dos admiradores de Leão Tolstoi, tanto na União Soviética como em todo o mundo.

William B. Edgerton continuou a interessar-se pela cultura portuguesa e publicou um estudo sobre o acolhimento dado em Portugal e na Espanha ao escritor russo Dostoievsky — Spanish and Portuguese Responses to Dostoevskij — na «Revue de Littérature Comparée» (tomo LV, nº 3-4, de Julho-Dezembro de 1981), na qual voltou a falar de Jaime de Magalhães Lima e do seu pioneirismo neste campo.

Mesmo sem aprofundar, interessa referir as relações pessoais e literárias entre Antero de Quental e Jaime de Magalhães Lima, já que Antero foi também um dos grandes mestres do patriarca aveirense que, em boa hora, transformou a sua propriedade do Vale de Suão em solar do eucalipto e Quinta de S. Francisco.

As nove cartas que Antero de Quental escreveu a Jaime de Magalhães Lima são documentos de rara beleza literária, indispensáveis para a interpretação crítica do Os Sonetos e da evolução espiritual do seu autor, e traduzem um relacionamento pessoal impressionante, tanto pela nobreza de sentimentos, como pela confiança e admiração recíprocas que exprimem.

Não admira, por isso, que o suicídio de Antero — «o melhor dos meus mestres», como chegou a chamar-lhe — tivesse deixado o escritor aveirense totalmente surpreendido e profundamente desorientado.

Em carta a seu cunhado Luis de Magalhães, de 25 de Setembro de 1891, descreveu assim a sua reacção à notícia desta morte trágica: «estabeleceu-se no meu espírito uma confusão de saudade, de surpresa e de dúvidas que verdadeiramente me esmaga. Fugiu-me a terra debaixo dos pés, parece que me sinto sem apoio, — parece-me-que vivia tanto das próprias crenças e convicções, como das crenças e convicções do mestre».

A sua admiração por Antero não diminuiu e, logo que surgiu a ideia da publicação dum In Memoriam de Antero de Quental, aderiu com entusiasmo e nele colaborou escrevendo um artigo sentido sob a epígrafe significativa de «Um Justo».

Jaime de Magalhães Lima, se admirava os grandes mestres que nortearam o seu espírito, não admirava menos a natureza, que lhe deu grandes lições, lhe povoou a imaginação de sonhos e encheu de beleza o seu olhar penetrante e melancólico.

Apesar de ter nascido na cidade e até de ter experimentado a força e a velocidade dos primeiros automóveis chegados à nossa região, não se deixou cegar pelas luzes artificiais do progresso técnico. Preferia as longas caminhadas a pé, onde podia contemplar a paisagem e encontrar-se com os homens simples dos campos e das serras.

Sentir a paisagem era para ele «uma das mais puras e consola-

doras delícias da vida». Mas não apreciava a paisagem pela paisagem; queria ver nela a presença do homem, porque entre a paisagem e o homem havia «um mistério eterno e inacessível».

A paisagem não era, pois, apenas um regalo para os olhos; nela descobria igualmente «um pensamento moral», «uma voz de consciência» «uma voz de heroísmo», «uma voz de humildade» e até uma «voz de opulência e dissipação», conforme os casos.

Entre as maravilhas que a natureza prodigamente oferece, as serras eram os seus sonhos e os seus amores.

Calcorreou em várias direcções as serras do Gerês, da Freita, da Gralheira, das Talhadas, do Marão e da Estrela. Mas a mais linda e a mais nobre era o Caramulo.

Percorreu o Caramulo em todos os sentidos, quer pelo caminho mais linear passando por Bolfiar, Castanheira e S. João do Monte, quer pelo Préstimo e Cabeça de Cão, quer de nascente para poente por Tondela e Guardão, quer indo pelo caminho de ferro até Vila Chã, perto de Oliveira de Frades, e depois, de caleche e a pé por Pereiras, Campia, Alcobia e Parêdes.

Não gostava de peregrinar sozinho; queria a companhia de alguém para poder partilhar as belezas que descobria e os sentimentos que lhe inundavam o coração.

Na romagem ao Caramulo que é descrita mais pormenorizada-mente neste livro, fez-se acompanhar por seu filho Sebastião e por um amigo de Amarante, António Taveira.

A descrição da paisagem, sempre bela e sugestiva, é completada por profundas reflexões sobre o contraste abissal entre a civilização urbana e a vida campestre, entre os vícios da cidade e a pureza dos montes, entre o artificialismo da urbe e a simplicidade dos campos e das serras.

O próprio estilo é um, quando pinta a vida serrana, e outro, quando reflecte sobre as contradições da vida citadina. No primeiro caso, é simples, agradável e fluente; no segundo, complexo, reflexivo e, por vezes, denso em demasia.

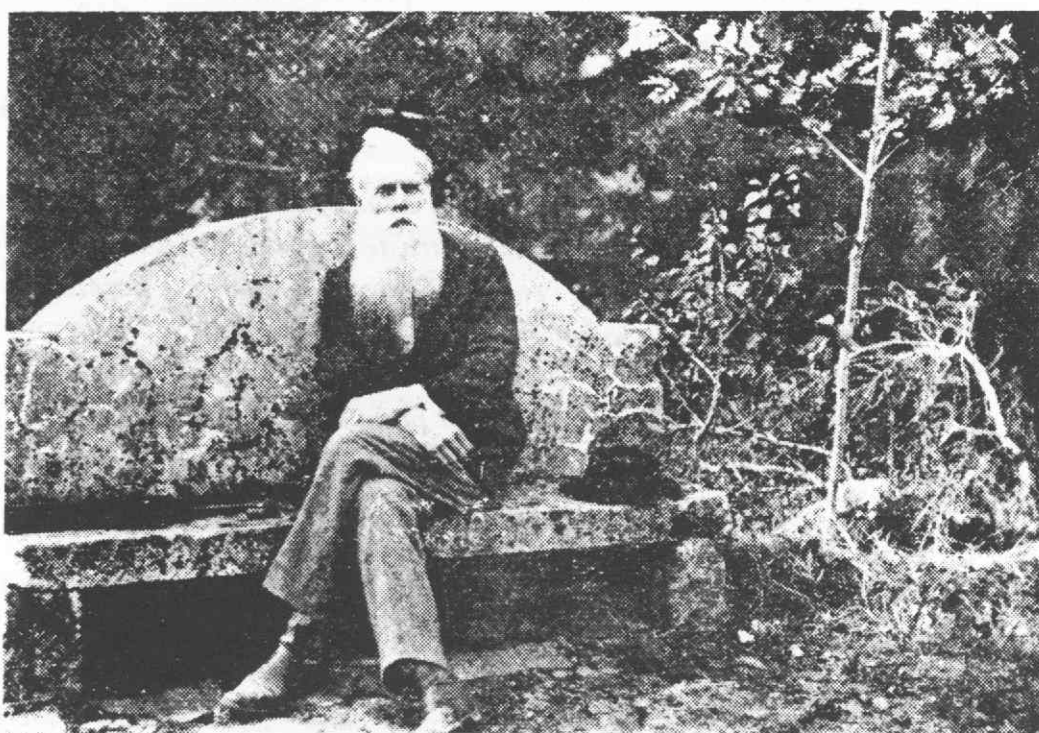
A belíssima descrição dos louceiros de Modelos — verdadeira pagina de antologia — demonstra cabalmente a sua admiração pelos homens simples que souberam adaptar-se à serra com a força da sua paciência e trabalhar o barro com os primores da sua arte.

O Caramulo tem os seus admiradores e os seus poetas, mas ninguém até hoje o admirou com tanto entusiasmo, o contemplou com tanto êxtase e o cantou com tanta paixão como Jaime de Magalhães Lima.

Ao tomar a iniciativa das celebrações do cinquentenário do falecimento de Jaime de Magalhães Lima e ao publicar este belo livro póstumo, que os seus netos gentilmente cederam, a PORTUCEL, que é hoje proprietária da Quinta de S. Francisco e nela conserva e enriquece a preciosa colecção de eucaliptos que Jaime de Magalhães Lima plantou em primeira mão, presta a sua homenagem ao escritor e agricultor aveirense e merece jus ao reconhecimento de todos aqueles que colocam os valores do espírito acima dos interesses puramente materiais e a dignidade humana acima das razões mercantis do deve e haver.

bibRIA

Dr. Jaime de Magalhães Lima, na sua Quinta de S. Francisco.



O FOLCLORE E O DESENVOLVIMENTO CULTURAL DA JUVENTUDE

Sugeriram-me um trabalho sobre a valorização dos jovens pela prática do folclore.

No meu trabalho, quando falo em folclore ou prática de folclore, refiro-me aos ranchos folclóricos, que recolheram música, danças e cantares tradicionais, com o objectivo de deles fazer espectáculo. Não me refiro ao folclore vivo, que ainda hoje é susceptível de ser encontrado, entendido como ciência do povo, que engloba todos os aspectos da cultura popular como sejam certos jogos, romarias, utensílios, canções, etc., e que leva folcloristas, etnógrafos e antropólogos a correr mundo, com objectivos completamente diferentes dos dos ranchos folclóricos, em busca daquilo que está em vias de se perder com o tempo.

Embora eu pense que o futuro do folclore, como de tudo, aliás, vai depender dos jovens, considero que a valorização pela prática do folclore abrange novos e velhos e que a coexistência de pessoas de idades diferentes dentro dos grupos só contribui para essa valorização. O mundo é feito de contrastes naturais que criam o equilíbrio: a noite e o dia, o calor e o frio, o velho e novo. Creio, no entanto, que essa valorização só se realizará efectivamente se a prática do folclore não for acto único e alienatório. Quero eu dizer que, para que o folclore seja conhecimento de uma outra realidade histórico-social que não a nossa e também da nossa, e possa ser compreendido em termos de espectáculo, momentos de prazer e de boa disposição, para que o folclore seja efectivamente uma actividade cultural, aos jovens deverão ser fornecidas possibilidades de contactos com outras realidades culturais, como sejam o cinema, o teatro, a música clássica ou de vanguarda, a dança e o conhecimento de pessoas ligadas a outras actividades diferentes.

O jovem necessita saber qual o seu papel na sociedade em que vive para nela se afirmar. A prática do folclore é também uma forma de afirmação — Eu estou aqui e sei dançar o Vira, as Modinhas de Roda ou ainda as Canas Verdes — Isto é uma forma de afirmação. O conhecimento de outras formas culturais ajuda-o a compreender o lugar do folclore no meio de todas

as outras coisas. Deste modo, o folclore daqui a uns anos não será necessariamente o mesmo que é hoje, nem terá o mesmo papel dentro de cada pequena ou grande localidade onde surgiu, nem no contexto geral do país.

Que será que atrai os jovens para a prática do folclore?

Parece-me que a principal razão para a entrada num grupo folclórico é o desejo inato do movimento — movimento que liberta o corpo, movimento que liberta o espírito. Mas é mais do que isso, é a procura de movimento sob o impulso estético que é universal.

Há provas de na Antiguidade a dança ser uma actividade bastante cultivada, assim como a música e o canto. Todos os povos primitivos e actuais têm os seus ritmos e as suas danças, embora com funções diferentes (estão ligadas a formas mágicas ou religiosas) das que têm na nossa sociedade. Mas, seja qual for a sua função social, o que é facto é que estas actividades artísticas se encontram em todos os povos. E, se não acreditarmos que elas são inerentes ao ser humano, observemos as crianças que ainda sem o peso da repressão social (que impede de o fazerem com à-vontade) se movimentam ritmicamente ao som de qualquer música que lhes chegue aos ouvidos.

Temos depois aquilo a que chamei as razões clandestinas, que são a procura de uma maior liberdade, de viagens, de conhecimentos e ainda a falta de outros meios para uma realização no plano artístico (escolas de dança, de música, clubes de cinema, etc.), ou no campo desportivo (campos de jogos, pavilhões e associações com modalidades praticáveis por toda a gente e ainda a falta de simples encontros familiares ou de amigos onde se podem desenvolver alguns dotes artísticos).

Por tudo isto, podemos ter uma ideia do papel social que os grupos folclóricos têm dentro de uma comunidade e muito especialmente na província.

Algumas pessoas aderem a este tipo de actividades por sentimentalismo, graças ao conhecimento quase directo da realidade social ligada às nossas danças e cantares. A casa velha dos

avós, o bocado de terra que o pai tem no campo, o celeiro, o cheiro do trigo, o pisar escorregadio do milho dos tempos de infância, os palheiros, as carroças, os lagares as vindimas, a apanha da azeitona, e o cheiro que anda no ar no tempo próprio de cada uma destas actividades. Resumindo, o contacto com o campo e as actividades agrícolas numa fase pré-industrializada, a que se prendem os trajes, as danças, os cantos religiosos, e as cantigas do nosso folclore e que têm como consequência o amor a tudo isto, o saudosismo inevitável, o bairrismo.

Creio que depois de inseridas nos grupos folclóricos, as pessoas têm ratificações que classificarei de três tipos:

- O lúdico.
- O informativo/formativo/fonte de conhecimento.
- O afectivo.

1º O lúdico, ou o que dá prazer e que faz parte da vida de cada um tão naturalmente como o seu trabalho, o repouso, etc.. O lúdico é, talvez, a parte mais importante, aquela que se procura em primeiro lugar.

Um ensaio de folclore tem em vista o aperfeiçoamento e a manutenção do corpo para que se mantenha em forma mas também dá prazer a quem nele participa. E se esse prazer não é imediato, o ensaio tem em vista um prazer futuro, é um pouco graças a ele que se irá disfrutar no domingo X esse mesmo prazer durante a exibição que se irá fazer.

O prazer de dançar diante de um público, de ser aplaudido, de ser apreciado, de ser, enfim, importante. O prazer que se tem num país estrangeiro de ser rodeado de atenções e de carinhos por pessoas com hábitos diferentes dos nossos.

2º O informativo/formativo/fonte de conhecimento, aquele que as pessoas que praticam o folclore talvez menos se apercebiam mas que no entanto lhes vai sendo fornecido.

Conhecimento através da prática do folclore pelo país ou pelo estrangeiro de outro folclore que juntamente com o nosso forma um todo, que ajuda a conhecer uma parte do passado e a explicar uma parte do presente.

Por outro lado há a sensibilização não apenas para o que é música e movimento, mas para toda a realidade social e histórica onde se desenvolve essa música e esse movimento. Sensibilização ainda para a chamada arte popular aos

múltiplos aspectos (construções, roupas, música, canto, dança, histórias, cerâmica, etc.). Sensibilização para o significado de todas as coisas e da sua integração na vida da sua época com a realidade de hoje.

3º E, a finalizar, o aspecto afectivo. O contacto humano, a troca de experiências, de ideias, de emoções. A identificação com o grupo ajuda à integração dos jovens na comunidade e ao desenvolvimento das suas potencialidades. Há casos de jovens rebeldes que, depois de inseridos em grupos, adquirem um maior equilíbrio dentro de si, porque se sentem necessários à vida dos mesmos e aí se podem afirmar. Outros casos há em que os jovens são muito tímidos e, quando inseridos em grupos, adquirem maior desenvoltura. É importante o elo que se estabelece entre pessoas de vivências tão diferentes, desde os mais novos aos mais velhos, dentro do próprio grupo para o conhecimento de pessoas ligadas a realidades tão diferentes da nossa, tanto nacionais como estrangeiras.

Não é por acaso que, quando se desloca ao estrangeiro, o nosso grupo se despede a chorar e deixa muita gente a chorar. Há toda uma relação afectiva que é criada entre as pessoas do grupo e que é alargada a pessoas estranhas ao grupo; foi o que aconteceu aquando da nossa ida a França. Surgem amizades, troca de correspondência com pessoas que nos visitam e que gostam de nós. E a afectividade, é bom não esquecer, é uma das coisas mais necessárias à vida de todos nós.

Os grupos folclóricos, tal como estão hoje constituídos e como funcionam, não se irão manter necessariamente até final dos séculos. É inevitável que o folclore que alguns pretendem puro, aquele que existe ainda hoje por esse país fora, que é executado por algumas pessoas ligadas às tarefas evocadas por ele (danças e cantares) e ainda hoje, no seu dia-a-dia, vestem trajes típicos da sua região, esse folclore irá desaparecer inevitavelmente.

Também o cheiro dos lagares de azeite, ou dos celeiros familiares, o colete ou o barrete do avô ou a chinela da avó feita à mão pelo sapateiro da terra à maneira artesanal irão sendo, infelizmente, substituídos pelas roupas, sapatos, etc., comprados no pronto a vestir mais próximo e aí se vai toda a afectividade, todo o bairrismo que nos liga a estas coisas da saia de roda, do lenço de pintas, das saias de renda. As pessoas

que irão praticar o folclore, o que aliás já acontece em muitos grupos, estão completamente desligadas do ambiente em que nasceram e cresceram as danças e cantares executados pelos grupos. A agricultura industrializa-se cada vez mais, as pessoas que executavam o folclore vêm das fábricas, das escolas, das oficinas, etc. Por tudo isto as motivações para a prática do folclore terão de ser no futuro necessariamente outras.

A industrialização matou o folclore ou terá sido pelo contrário a industrialização que deu vida ao folclore (palavra muito recente, aliás), já que é ela que vem criar diferenças nítidas e decisivas entre o que se usava e o que se usa?

Antigamente não havia ranchos folclóricos. Considero os grupos folclóricos como grupos artificiais, não no sentido pejorativo, é evidente, mas como grupos constituídos com um fim artístico, de espectáculos muito vivos onde se expõem as danças, as músicas e os trajes antigos, típicos das diferentes regiões. Havia lugares e ocasiões — desfolhadas, festas, casamentos, feiras, etc., — onde as pessoas se juntavam e dançavam, cantando as suas cantigas e trajando à sua maneira. Fabricavam os seus objectos de adorno ou de utilidade para o seu dia-a-dia, com os materiais e as técnicas conhecidas na região, mas isso não era folclore, era a sua vivência diária, tão actualizada quanto o processo histórico o permitia. A partir do momento em que se começou a generalizar o uso de determinadas ferramentas, de determinadas peças de vestuário, objectos de adorno, etc., uniformizados pelo fabrico em série e divulgados pelos meios de comunicação, impondo assim os modelos que os inventores e os meios de produção vão lançando, uniformizando assim o gosto das pessoas, aquilo que era usado e utilizado antes, fabricado segundo o poder criativo das pessoas da região, caiu em desuso. Aquilo que foi resistindo, ou é diferente de região para região, foi chamado folclore, ou seja aquilo que permaneceu mas que está fora de moda, que pertence a um tempo diferente do nosso.

Ainda hoje, em algumas localidades, encontramos mulheres de saias rodadas, de blusas bordadas e lenços coloridos ou negros, homens de barrete ou chapéu de palha que continuam a cultivar a terra com o seu suor e a sua enxada, em localidades onde já chegou há muito a televisão com a última moda das grandes cidades. Mas a gente jovem procura outros meios de vida e adquire novos hábitos.

Por tudo isto, como já afirmei, no futuro as motivações e as razões que levarão à prática do folclore serão inevitavelmente outras. As pessoas já não terão toda essa carga afectiva do passado a ligá-las à prática do folclore. No futuro,

esta prática deveria ser outra coisa que não apenas o ensaio duas vezes por semana e exhibir-se onde for solicitado. Terá que se encaminhar para a satisfação dos desejos artísticos e do conhecimento de quem pratica o folclore.

Algumas das propostas, que em meu entender introduziriam uma nova dinâmica na prática do folclore, seriam por exemplo:

- 1º O folclore deveria ser exibido em ambientes próprios, para dignificação do mesmo e para motivação dos que o praticam, nomeadamente, festivais ou espectáculos de folclore, ou exhibições inseridas noutras actividades culturais mas com enquadramento próprio, (para que os grupos folclóricos não se vissem obrigados a actuar em alguns casos sem o mínimo de condições.
- 2º A oxigenação de toda a prática do folclore, para uma verdadeira e completa



Aveiro — Marnoto.

valorização de quem o pratica, deveria passar por uma procura de actividades mais criativas, desenvolvidas paralelamente à actividade da dança. Nomeadamente, novas recolhas por parte dos componentes dos grupos, com tradições, e que terão de ser feitas quanto antes, pois de contrário perderemos muito do que ainda existe; só é possível enriquecer os grupos se recolhermos tudo o que diz respeito à dança, ao canto, ao traje, os próprios contos, jogos, rezas, etc.

O Rancho Folclórico do Baixo Vouga tem desenvolvido este trabalho com a sua equipa de recolhas, tendo o mesmo obtido extraordinário resultado.

- 3º Penso que os ensaios devem ser entendidos como exercícios físicos, exercícios de concentração e de respiração para que se possa conseguir uma maior mobilidade e graciosidade de gestos na dança e no à-vontade em cima do palco (entendido o folclore como espectáculo). O folclore não pode continuar a ser considerado, porque não é efectivamente, a arte menor dos palcos nacionais.
- 4º Aprendizagem (intercâmbio) de danças e cantares de outros grupos do Minho ao Algarve, para um conhecimento maior do todo de que fazemos parte.
- 5º Fornecimento de conhecimentos teóricos sobre o folclore: saber o porquê das diferenças do folclore a nível nacional, etc.
- 6º Definição dos deveres e dos direitos de quem pratica o folclore, com o respectivo traje, como o usar pinturas, mastigar chicletes, etc., etc.

Somos praticantes e amantes das danças e cantares antigos, tradicionais, e devemos, temos de os reproduzir fielmente, assim como os trajes correspondentes. É urgente que todos os grupos trajem a rigor, mas temos também o direito a uma personalidade e a uma fisionomia que é a nossa, e não aquela de quem quer que seja, mesmo que se trate da nossa bisavó.

Creio que a Federação do Folclore Português é o órgão mais qualificado em Portugal; portanto, tem um papel importante a desempenhar neste campo. Creio também que os professores, nas escolas primárias, preparatórias e secundárias ou nas universidades, podem igualmente dar o seu contributo; já há mesmo escolas no nosso país que começaram a interessar-se pelo



Aveiro — Salineira.

folclore, o que muito me agrada. Estou certa de que, deste intercâmbio, todos sairemos mais enriquecidos.

Eixo, 29 de Maio de 1986

Maria Fernanda Vieira

Nota da Redacção — Este trabalho foi apresentado pela autora no I Colóquio sobre Folclore do Concelho de Aveiro, realizado em 29 de Maio de 1986.

— As gravuras são do IV Tomo de «Estudos Etnográficos — Aveiro — Mamotos e Embarcações Fluviais», de D. José de Castro.

FORNO CERÂMICO DE EIXO

Decorreram, no pretérito mês de Abril, escavações arqueológicas no forno cerâmico de Eixo. As escavações foram efectuadas por uma equipa do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, composta pelo Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida, assistente convidado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dr. Artur Jorge Leite Figueiredo de Almeida, licenciado em História (var. de Arqueologia) pela mesma Faculdade e pelos alunos da referida Faculdade António Joaquim da Cunha Leal, Rui Cavaleiro Cunha e Armandino Cunha. Os trabalhos arqueológicos foram possíveis graças ao patrocínio do IPPC (Instituto Português do Património Cultural), Serviços Culturais da Câmara Municipal de Aveiro e Junta de Freguesia de Eixo.

O forno tinha sido descoberto fortuitamente nos finais do ano passado e só graças ao interesse do operário da máquina que descobriu e ao presidente da Junta de Freguesia de Eixo, Sr. Gaspar Fernandes, foi possível salvaguardar tão

importante documento do nosso património arqueológico. Importa salientar que pela primeira vez foram realizadas escavações arqueológicas segundo métodos científicos, na área do concelho de Aveiro, e que estas vieram confirmar o carácter e a importância da produção cerâmica na região aveirense.

Tipologicamente o forno em questão é semelhante a outros já conhecidos. Salientamos, a título exemplificativo, o forno da Quinta do Paço, freguesia da Facha, concelho de Ponte de Lima, escavado recentemente pela mesma equipa, e os estudados pelo Dr. Armando Coelho Ferreira da Silva na freguesia de Canelas, concelho de Vila Nova de Gaia, e em Santa Maria de Penaguião. O presente forno é formado por corredor, câmara de aquecimento e câmara de cozedura.

O corredor é o único sector da estrutura que apresenta, nas suas paredes laterais, pedra, o que se compreende dado ser «esta» zona onde era produzido o fogo. A parte superior era em abóbada feita à base de uma argamassa compos-

Aspecto do forno cerâmico de Eixo.



ta por fragmentos de tégula, ímbrex e tijoleira.

A câmara de aquecimento é um quadrilátero com paredes laterais feitas com tijoleira revestida interiormente com argamassa de barro. Tal procedimento era necessário para impermeabilizar o interior da câmara, o mais possível, quanto a fugas de calor. Pela mesma razão se explica estar a câmara de aquecimento incrustada no terreno natural, o que obrigou a que, aquando da sua construção, se cavasse um alicerce suficientemente amplo e profundo para que a câmara de aquecimento ficasse embutida no solo por forma a proporcionar melhor isolamento térmico. O interior da câmara de aquecimento está dividido em arcos de volta inteira, feitos com tijolo burro e revestidos a argamassa, a fim de dar maior solidez ao conjunto. Com a mesma finalidade, o espaço inter-arcos está preenchido, de forma mais ou menos regular, por pequenas placas que se destinam não só a dar solidez aos arcos mas, e sobretudo, a sustentar a grelha.

A câmara da cozedura estava bastante violada. Torna-se difícil, dado o seu estado de conservação, supor a sua altura, bem como o tipo de paredes e cobertura que teria. Dela resta unicamente uma pequena parcela da grelha, sobre a qual era depositado o material a cozer. A grelha é formada por pequenas placas de barro e materiais rentilizados, como tégula e tijoleira, e revestida superiormente por barro semelhante àquele que reveste as paredes do restante conjunto

(câmara de aquecimento e corredor). Como é norma deste tipo de grelhas, ela aparece perfurada, nos espaços inter-arcos, por pequenos buracos, mais ou menos circulares, por onde passava o calor vindo da câmara de aquecimento.

Tudo indica que o forno de Eixo se destinou ao fabrico de materiais de construção civil, isto é, materiais de cobertura de edifícios (tégula e ímbrex), de revestimento de pavimentos (tijoleira) e componentes de colunas. Os elementos recolhidos não permitem ajuizar se o forno alguma vez terá produzido cerâmica comum. É de crer que tal hipótese fosse viável, todavia não há elementos suficientes para negar ou confirmar tal suposição. A matéria-prima utilizada no fabrico dos materiais seria, muito provavelmente, extraída dos terrenos circunvizinhos, pois estes apresentam, ainda hoje, alguns veios de argila de razoável qualidade.

Dos elementos obtidos, que serão, a breve trecho, alvo de relatório circunstanciado, é desde já possível afirmar tratar-se de um forno cujo período de utilização vai desde os finais da ocupação romana, até período indeterminado da época visigótica. É de realçar a sua localização junto a uma linha de água, que lhe proporcionava não só a água necessária à produção dos materiais, como a possibilidade de um escoamento dos produtos fabricados.

Artur Jorge de Almeida

Outro aspecto do mesmo forno.



Começo as minhas palavras por um pequeno retalho da história do carro, ao qual já a Bíblia alude, falando do carro de fogo de Elias — aquele que, inflamado, arrebatou o profeta ao Céu.

Não é possível fixar a sua invenção. Foram usados pelos povos primitivos e Salomão, de acordo com os textos bíblicos, já possuía muitos. Eram empregados pelos Assírios, Caldeus, Babilónios, Persas e Gregos.

Os Romanos apareceram quando já esse material de guerra estava abandonado e era por si aproveitado com as tropas auxiliares, especialmente com os Gauleses.

Antes do gado bovino, sobretudo antes destes animais puxarem o carro rústico de roda presa, vários foram os processos utilizados para a deslocação de pesos e transportes de tudo o que a favor do homem podia resultar positivo.

Assim, o que é que se utilizou anteriormente aos improvisados carros de bois?

O homem naturalmente, quando teve necessidade de utilizar a terra para, além dos frutos, daí extrair complementos alimentares, teve forçosamente de desbravar e arrotear os solos. Para o efeito e para poder formar os seus quinchos ou leiras, teve de abrir clareiras nos bosques densos e resguardar com paliçadas altas, das depredações e dos assaltos dos animais daninhos ou ferozes.

Deste modo, terá surgido o engenho do homem, utilizando as rolarias das árvores cortadas; terá sentido a necessidade de atrelar os seus

bois já domesticados não apenas ao arado, mas também a algo que suportasse cargas, unindo para o efeito rolos atados que arrastavam sobre si outras madeiras ou rolarias.

Tal engenhoca foi-se aperfeiçoando e então já os toros eram ligados por travessas e tornos, também de madeira. A estes veículos (?) de arrastamento começou por se chamar corsos, trenós, zorras ou leras.

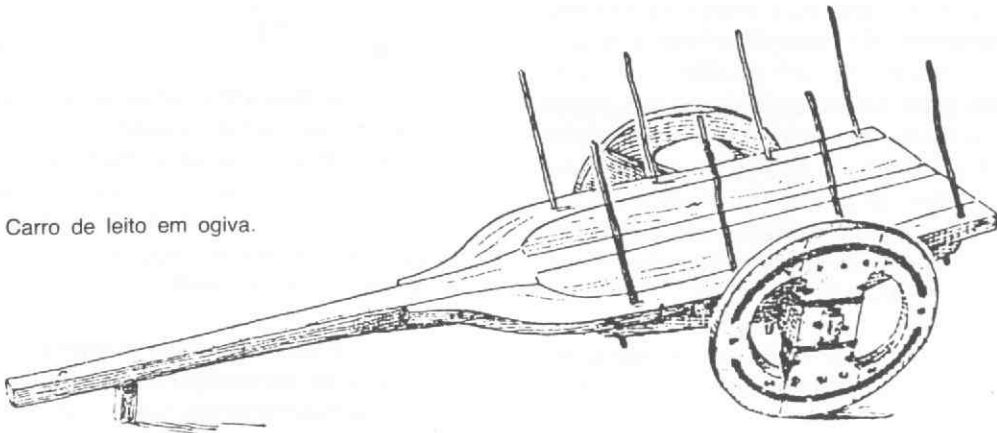
Mas com a deslocação de rolos, uns sobre os outros, rolando, logo terá sido aproveitada a ideia e o sistema para a deslocação e transporte de pesadas cargas, como, além das madeiras, grandes pedras, etc.

Assim, terá sido descoberta a roda, com o aproveitamento de rodela de troncos grossos, as quais teriam sido ligadas às extremidades de um rolo por entrada em cavidade aberta no centro das rodela e, sobre o rolo (eixo), teria sido colocado um estrado formado naturalmente por uma caranguejola de rolaria ou madeira mal aperfeiçoada.

Deste modo se obteve o primitivo carro de bois. Deste propósito derivou o carro de bois e, mais tarde em Portugal e não só, com a roda de camba e meul, que praticamente quase desapareceu.

Antes, porém, da roda de camba e meul, apareceram várias rodas maciças em madeira, protegidas com tábuas cruzadas a fim de lhes permitirem mais resistência e o seu não empenamento. Tais rodas não tinham qualquer protec-

Carro de leite em ogiva.



ção nos rodados; era a própria madeira que rolava sobre o chão.

Vamo-nos ocupar, agora, do carro de roda presa, de camba e meul, que praticamente muitas das nossas gentes conheceram e ainda utilizaram, começando, como acabámos de dizer, pelo seu rodado que era composto pelas tais duas rodas, ligadas por um eixo, cujas extremidades eram facetadas, e marchetado nas cavidades do miúdo de cada roda, para o efeito com as mesmas e ajustadas dimensões.

Não era qualquer madeira que poderia ser aplicada em rodas que iriam suportar pesadas cargas, tendo em conta sobretudo, também, a sua durabilidade. Ao tempo era madeira de sobreiro, carvalho e até castanheiro, que vulgarmente era utilizada, por ser a melhor, para o efeito, da nossa floresta.

Ainda acerca das rodas, as cambas eram ligadas através do miúdo por duas meias-luas opostas, em aro de ferro devidamente pregadas, a fim de lhes dar maior segurança na união das partes, e os fortes rastos ou aros em ferro de aço, moldados em três ou quatro partes, eram pregados nas cambas que formavam os rastos a fim de lhes proteger o desgaste da madeira e permitir, assim, uma maior duração.

Frisamos que todo o prego era de fabrico artesanal e processava-se, sobretudo, em Mourisca do Vouga, tal como aconteceu para as primeiras construções navais na Gafanha que, para a sua aplicação por motivo das águas salgadas, sofria um banho de zincagem.

Vamos tratar de seguida do estrado, soalho, leito ou chedeiro que pousava sobre os rodados e onde eram carregadas todas as espécies de cargas.

A forma normal — comum — era rectangular. Do centro como trave mestra, no sentido do seu comprimento, tinha o cabeçalho e de cada lado, paralelamente, as guias laterais que tinham por nome as chedas que, arqueando ou afunilando mais ou menos ao meio do cabeçalho, uniam-se pelos extremos das travessas que vazavam o mesmo cabeçalho e sobre as quais as tábuas eram pregadas, formando o leito ou chedeiro que era dividido em dois meios tabuleiros.

O seguimento do cabeçalho, isto é, a parte que se prolonga a seguir ao estrado, que deixa de ser faceado para ser boleado e não magoar os animais, era e ainda é a trave que entre os bois vai ligar à canga. Neste ponto extremo da trave que é o cabeçalho, existe um furo de razoáveis dimensões, onde entra a chavelha que permite a segurança da canga ou jugo, tanto no puxar como no recuar do carro.

Antes de entrarmos na descrição da canga ou jugo, vamos continuar com a composição do estrado e seu aproveitamento, sob o qual giram os rodados.

As chedas, como aludimos, são as guias la-

terais, onde existem uns furos, geralmente quadrados, que servem para aplicar os fueiros, os taipais, as sebes ou os pequenos e curvos fueiros ligados por uma tábua sobre as rodas. Por baixo de cada cheda, existem pelo menos dois tornos de cada lado, que servem para passar os adivais que cruzam as cargas, apertando-as, para lhes permitirem maior segurança.

Anteriormente ao aparecimento da garrida, o eixo rodava sob a madeira das chedas ou de qualquer calço protector da cheda, também, em madeira. Mais tarde apareceram então as garridas ou cantadeiras, já em ferro fundido, que eram colocadas por baixo das chedas e sobre o respectivo eixo com rasgo adaptável, a fim de evitar maior desgaste de madeira com madeira. As garridas, que tinham dois rasgos nos extremos e no sentido longitudinal, eram aplicadas entre dois fortes tornos para evitar a sua deslocação, que tinham o nome de cocão. Este já antes da garrida ou tortueira existia, pois era entre os mesmos cocões que o eixo girava, quando de madeira com madeira.

Relativamente ao cocão, diz a sabedoria popular:

Em Abril queimou a mulher o carro e o carril, e

Um bocado que ficou, em Maio o queimou, e ainda

Pelo São João queimou o cocão.

Atrás do carro, dependurado no último fueiro ou em qualquer outra adaptação, seguia o chifre ou corno de boi, que levava a untura que servia para untar o eixo e que era aplicada com uma espécie de pincel, feito com tiras de farraços atados na extremidade de um pequeno pau que se mantinha introduzido no respectivo corno.

Aqui e referente à untura, diz, também, a sabedoria popular:

Carro adiante dos bois

Carro que canta, a seu dono avança
Mau carro, pior arado

Quem seu carro unta, seus bois ajuda
Quem caminha em carro, não vai a pé,
nem a cavalo

A carro entornado, todos dão a mão.

Feita esta descrição, vamos de novo ocuparmo-nos da canga ou jugo.

Como atrás já referimos quando aludimos à entrada do extremo do cabeçalho, chamado temão ou timão na canga, esta servia e serve ainda para aplicar ao cachaço dos animais jungindo-os e, permitindo assim, o puxar do carro pela junta.

A canga além do seu corpo principal, completa-se com um conjunto de apêndices que passamos a discriminar no tocante a nomes e aplicações.

As quatro cangalhas, duas de cada lado, que são fortes ripas introduzidas no corpo da canga, boleada sobretudo na parte inferior, controla o animal através do cachaço, tendo as mesmas cangalhas nos extremos inferiores de cada uma e do lado exterior, um pequeno corte arredondado, onde é aplicada a brocha, pequena correia de couro ou corda, que rodeia o pescoço do animal sob a barbela, cujo uso e vantagem é não deixar que o carro com carga ou sem carga, vá ao pino; o tamoeiro ou temoeiro, correia de couro mais forte, circunda a parte central do corpo da canga, onde é introduzido o cabeçalho ou timão do carro, fixado por um pequeno fueiro, já referido, chamado chavelha; há ainda quem utilize uma pequena correia de couro ou corda que prendendo às cangalhas interiores, passa por um furo lateral do timão ou pela parte superior do mesmo à volta de um pequeno torão, que tem o nome de passadeira, cuja utilidade é controlar o arrecuo do carro; temos ainda a peça, forte correia de couro que, cruzada nos chifres dos bois e na canga, permite o tiro do carro.

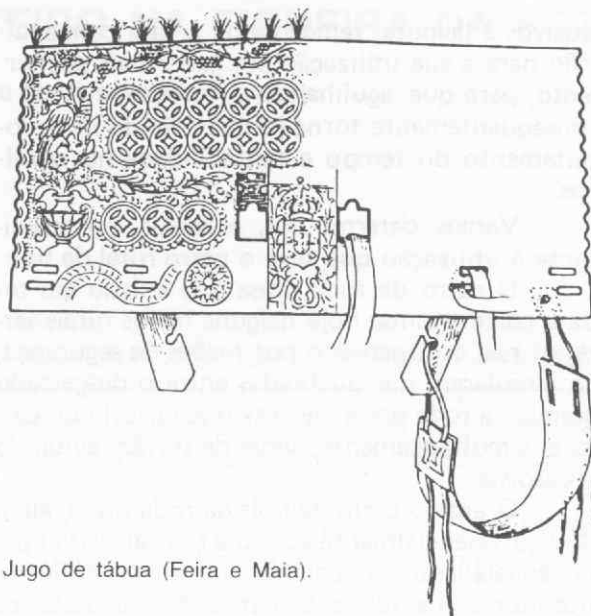
A canga ou jugo não é só utilizada no carro de bois; ela serve, também, para que a junta puxe o arado que lavra a terra rasgando-a, que é introduzido através do seu timão no tamoeiro da canga, ou na charrua que lavra a terra em leivas, ou a grade com os seus dentes que descaroça e arrasa a terra, que tem, como alfaia agrícola de atrelar, o cambão que é um pequeno e delgado rolo de madeira de um lado com funções de timão e do outro com a necessária aplicação de um gancho que liga à charrua ou à grade, naturalmente, quando nas tarefas do campo. O cambão também era substituído, por vezes, por uma corrente em ferro, com um timão no extremo para entrar na canga, como é óbvio, através do tamoeiro.

A canga é uma palavra de origem asiática e designava, sobretudo na China, duas pesadas peças de madeira com uma chanfradura ao centro, que se reuniam depois de ter metido entre elas o pescoço do condenado.

Hoje significa a canga ou jugo um utensílio de lavoura com que se juntam os bois ao carro ou a outras alfaias agrícolas.

A canga simples na sua execução ou acabamento, difere um pouco de região para região.

O jugo é uma canga mais alta, de várias formas, recta, horizontal, arqueada, dentada, etc., que, além de possuir todos os apoios necessários, mostra um painel trabalhado na parte posterior, com baixos relevos ou sulcos, apresentando típicos adornos de vários feitios, com variadíssimos enfeites e pinturas, mostrando outros nos seus vazados, aberturas de várias formas designando motivos alusivos a símbolos religiosos e profanos ou actividades praticadas na sua



Jugo de táboa (Feira e Maia).

região; na aresta superior muitos são enfeitados, por vezes, com pinças de crina de cavalo.

Se fôssemos a debruçar só sobre este tema de jugos e cangas, assim como de antigos carros de bois, através de Portugal, teríamos um trabalho etnográfico bastante demorado que, só por si, absorvia todo o tempo, porventura distribuído, também, a mais outros participantes.

Ainda relativamente aos bois que puxavam os carros, os mesmos eram conduzidos até às tarefas campesinas e depois das mesmas, por cordas ou tiras de couro que circundavam e ainda circundam os dois chifres e que tem o nome de sogas.

Também existia e existe o cabresto que, neste caso concreto, é geralmente uma corda entrelaçada que passa pela cabeça e focinho do animal, e é utilizado, além do gado cavalgar, também no gado bovino quando não adulto (bezerros ou vitelos, portanto com menos de um ano) isto é, quando o animal ainda não tem chifres ou cornos.

Ainda ao gado bovino é aplicado o cofinho, que é uma espécie de cestinho em malha de arame, para que aqueles animais quando passam por prados com plantações a resguardar ou se ocupam em trabalhos campesinos em cuja vizinhança existiam, de igual modo, hortas, plantas, arbustos ou árvores de baixo porte, não pssam estender a língua para introduzirem na boca, tudo o que traduza pastagem para a sua alimentação; deste modo, evitam-se os danos que quantas vezes correspondem a perdas irreparáveis com pesados prejuízos na apanha ou na colheita dos géneros.

A completar os mencionados utensílios

alusivos à lavoura, temos ainda a vara com aguilhão para a sua utilização em gado mais pachorrento, para que, aguilhando-o, fosse espevitado e consequentemente torná-lo mais rápido no aproveitamento do tempo e rentabilidade nos serviços.

Vamos determo-nos, a seguir, no respeitante à utilização que teve o carro rural de bois.

O carro de roda presa que existiu em toda a parte e ainda hoje nalguns meios rurais seranos não é dispensado por razões de segurança, ao circularem por quebradas entre o desgastado granito; a roda presa permite o equilíbrio do carro e, simultaneamente, serve de travão, evitando o despiste.

O antigo carro de bois de roda presa, além do uso essencialmente agrícola e rural, serviu para, engalanado em colchas, ramagens e flores, transportar de longe à matriz da freguesia os noivos e acompanhantes ou para transportar os romeiros às festas das redondezas e quantas vezes dos recônditos povoados alcantilados para transportar os mortos para os cemitérios, tantas vezes tão distanciados, etc., etc.. Eram verdadeiros desfiles etnográficos...

A propósito do referido carro rural de bois, levado pelos portugueses para o Brasil e que de certo modo ajudaram o seu crescente desenvolvimento de então, um poeta brasileiro escreveu um poema com o título "Zé Carreiro", que passo a transcrever:

Nos tempos em que o carro empavezado,
Coberto de lençóis, de colchas ricas
E de fofo colchão todo forrado,
Nas noites frias de luar intenso,
Ou nas ruas de sol reverberante,
Levava para as missas de Natal,
A de Ramos, de Páscoa e de Aleluia
Sinhazinhas coradas e felizes
E damas carregadas de nobreza.

Ainda relativamente ao carro rural de bois de roda presa, de camba e miúdo, respigámos de um velho alfarrábio, o seguinte:

"... É a canção da noite e das madrugadas, quando o carro canta gemidos atrás da resignada serenidade dos bois. E o carro gemendo, na tristeza das noites, faz o mais belo e delicioso acompanhamento a essa voz (a do boieiro) que nos parece a alma da terra vibrando e cantando."

Esclarecemos que o homem que constrói o carro de bois tem o nome de segeiro.

Passando, agora, ao seu uso e utilidade agrícola, o carro de bois foi fruto de uma monocultura económica. Ele transportava para o campo todas as alfaías agrícolas para o rasgar da terra com vista às sementeiras, carregava os estrumes para a adubação das mesmas terras, as sementeiras e outros utensílios; na colheita depois da ceifa, trazia o milho, o trigo e outros cereais;

aquando das vindimas, transportava as dornas ou lagariças com as uvas, etc..

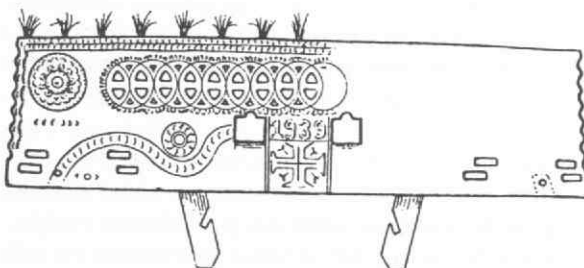
Todos os apêndices ou utensílios dos antigos carros rurais de bois tinham a seguinte aplicação: — Os fueiros para amparar cargas que se processavam ao comprido do carro e que não eram de fácil desagregação, como palhas e fenos; os taipais laterais, de boca e traseiros, tinham por objectivo precisamente o contrário dos fueiros, isto é, permitirem a acomodação da carga, não dando lugar a que se dispersasse, como com areias ou balastros; a sebe é um utensílio mais amplo, de protecção de carga, em forma de feradura e tecida de vime que, geralmente, era utilizada aquando do transporte de estrumes destinados à estrumação das terras, com vista às várias culturas e no regresso servia para amparar as pastagens, designadamente as ervas. Existiam ainda pequenos fueiros e fueiros curvados para o exterior, um à frente e outro atrás de cada roda, sobre os quais, unindo-se, era aplicada uma tábua pregada, para evitar que as cargas de mato, de palha ou feno, roçassem nos rastros das rodas.

Outras aplicações ficarão no esquecimento mas, para finalizar, o carro de bois ainda servia para a matança do porco. Pondo-o ao comprido com a parte trazeira sobre o chedeiro e o restante do corpo da frente ao longo do cabeçalho, atado pelas patas trazeiras a um fueiro e a queixada superior ou o focinho ao referido cabeçalho, o porco ao expirava após vibração de comprida faca de dois gumes, deixando jorrar o seu sangue sobre o alguidar vidrado, que deliciava o apetite dos donos e seus amigos com as maravilhosas e apetitosas morcelas ou, cozido com as habituais plantas aromáticas e depois coberto com as folhas de loureiro, entrava na sarrabulhada e, até com os seus fofos pedacinhos, geralmente acompanhava os saborosos rojões.

Severim Marques

Nota da Redacção — Este trabalho foi apresentado pelo autor no I Colóquio sobre Folclore do Concelho de Aveiro, realizado em 29 de Maio de 1986.

— As gravuras são do livro "Desenho Etnográfico de Fernando Galhano", I — Portugal, editado em 1985 pelo INIC e pelo IICT.



AVEIRO NA FIGUEIRA DA FOZ

Nos dias 6 e 7 de Junho, Aveiro e Figueira da Foz estreitaram ainda mais as suas relações fraternas de amizade; uma numerosa e representativa embaixada de aveirenses deslocou-se àquela cidade, onde foi gentilmente recebida e obsequiada. A iniciativa ficou a pertencer à Sociedade Figueira-Praia.

No dia 6, após a recepção às entidades oficiais no palácio Sotto Mayor, procedeu-se à inauguração de um conjunto de exposições, onde houve amostragens de artesanato, cerâmica, azulejaria, faiança e actividades económicas da nossa região; à noite, no salão de festas do Casino, actuaram os agrupamentos aveirenses — o Coral Vera-Cruz e o Grupo Típico Raiz.

No dia seguinte, além de diversas exposições, foram franqueadas ao público as portas do vetusto palácio Sotto Mayor. Ao fim da tarde, novamente no salão de festas do Casino, houve um jantar regional, com a presença do nosso folclore, nos cantares e danças do Rancho Folclórico do Baixo-Vouga (Eixo). As entidades oficiais trocaram saudações e lembranças, tendo os dois presidentes das Câmaras Municipais posto em realce a boa relação e a rivalidade entre as duas terras.

Registamos aqui as palavras do Dr. José Pires Lopes de Azevedo, proferidas na ocasião:

O Coral Vera-Cruz actuando na Figueira da Foz.



Não, minhas senhoras e meus senhores, não me atrevo a falar-vos das origens histórico-lendárias de Aveiro: de Brigo, o fabuloso fundador, ou de Talábriga celtibérico-púnica; do estóico Marco Aurélio, sob cujo império o povoado talvez tenha tomado o crisma que tem hoje; ou da condessa Dona Muma Dias, a grande senhora que, por meados do século X, ao mosteiro de São Mamede, de Guimarães, doa terras e marinhas em Alavário...

Nem ousou falar-vos sobre raízes étnicas dos aveirenses de hoje, onde porventura se cruzarão ibero-fenícios e cartagineses, romanos e germanos, mouros e cristãos... nem dos riquíssimos usos e costumes de Aveiro, seus modos e tradições; nem de seus lindos cantares, embora de alguns me lembre, como os da «Canoa virou» e do «Apanhar o trevo», ali recolhidos pelo etnógrafo figueirense Pedro Fernandes Tomás.

De igual modo me calo quanto a riquezas naturais do meio, e outras que o engenho humano delas soube derivar, ou adaptar. Por exemplo, calo-me sobre a poderosíssima polivalência agro-pecuária, industrial e mercantil, claramente notória ao forasteiro atento; ou sobre a sua velhíssima actividade salineira, embora desde menino saiba a cantiga de «Aveiro, por ser Aveiro/E ter marinhas de sal»...; ou sobre as suas ainda hoje múltiplas actividades artesanais, como essa dos incomparáveis moliceiros...

Da mesma sorte passo em claro foros, senhorios e pergaminhos, glórias e vicissitudes da história de Aveiro. Como em claro passo figuras aveirenses, marcantes no glorioso passado de Portugal: um mestre piloto João Afonso, navegador do Golfo de Guiné, ou um Frei Panteão, o do célebre «Itinerário da Terra Santa»; um José Estêvão, émulo de Garrett na oratória parlamentar, ou um modesto mas erudito João Augusto Marques Gomes, a quem a cidade deve um precioso museu; um João Jacinto de Magalhães, estrangeiro investigador de físicas e astronomias, que à morte era membro das mais importantes corporações científicas do mundo, desde Londres a Filadélfia e de Lisboa a São Petersburgo; sábio que desencadeou um estudo do figueirense Doutor Joaquim de Carvalho, grande historiador da cultura...

E nem sequer ousou aflorar o riquíssimo tema das artes plásticas em Aveiro, uma das cidades-museus do barroco português, grande parte do qual envolvente de Santa Joana Princesa, uma das capitais portuguesas da «arte nova», capital das artes da porcelana, da azulejaria, do cristal...; cidade onde deixaram sinal arquitectos ou mestres construtores — um Filipe Terzi ou

um João Antunes; um Francisco Fernandes, de Coimbra ou um Manuel Azenha, de Ançã —, onde deixaram sinal escultores e entalhadores — um Francisco José, portuense, ou um Simões de Almeida, de Figueiró dos Vinhos —, onde marcam presença múltiplos pintores — um Frei Carlos, um Columbano, ou um Fausto Sampaio, por exemplo —...

Não, minhas senhoras e meus senhores, não me atrevo a falar de coisas como as que aí deixo apontadas; porque, delas, sabeis vós muito mais e muito melhor!... Mas, assim sendo, porque me atrevo a falar?... Única e simplesmente, por deixar aqui o meu público preito de homenagem a Aveiro, na pessoa de três distintas figuras oriundas desse reino; figuras que, de todo fora do meu convívio, fortemente ajudaram a formar a minha mentalidade. Por isso aqui venho, ainda que sem novidades.

Aveiro nunca me aparece como cidade, ou concelho, ou distrito: Aveiro é toda uma fecunda e vasta região, desde o Douro à Figueira, descendo com o seu Vouga dos contrafortes das alturas beiroas até ao Mar Oceano. Pois bem, essa rica e ampla «campina rasa em forma prolongada», no saboroso dizer do padre setecentista José Teotónio Canuto de Forjô, viu nascer, no último quartel do século passado, três personalidades de professores que muito pesaram na minha formação: Ferreira Neves, Pereira Tavares, Rodrigues Lapa.

Mal chegado aos bancos do liceu, foi o Dr. Francisco Ferreira Neves quem me ensinou matemática, graças ao seu livrinho de «Aritmética Prática», publicado em Coimbra, na Imprensa que o Doutor Joaquim de Carvalho administrava. Por largos anos, nada soube das suas qualidades de investigador e publicista. Só depois que também eu vim semear aqui, na foz do Mondego, foi que o descobri, por exemplo, num dos fundadores e colaborador do excelente «Arquivo do Distrito de Aveiro», revista que se imprimia na Figueira, onde igualmente publicou um belo estudo sobre «Origem e etimologia de Aveiro». repito: por largos anos, apenas conheci o Dr. Ferreira Neves através dos seus compêndios escolares de aritmética e de álgebra. Entretanto, mesmo rumando a letras, se ainda hoje estimo as matemáticas, em grande parte o devo a esse ilustre aveirense.

De igual modo, logo no primeiro ano liceal tomei contacto com o Dr. José Pereira Tavares, meu guia até entrar na universidade: comecei com o seu «Livro de Leitura», para o primeiro ciclo; continuei, nos anos imediatos, com a sua «Selecta Literária»; e fiz parte do terceiro ciclo

pela sua «Selecta de Textos Arcaicos». E ainda hoje nutro especial carinho por tais compêndios. Depois, em pleno curso liceal e universitário, mas fora já da estricte obrigação escolar, li Sá de Miranda e Gil Vicente, Fernão Mendes e Camões, na linda «Colecção Lusitânia», em edições preparadas pelo Dr. Pereira Tavares. E em seguida chegou a vez das suas edições para os «Clássicos Sá da Costa»; e as «Églogas», de Rodrigues Lobo, outra vez da Imprensa da Universidade gerida pelo Doutor Joaquim de Carvalho. E sempre, pelos anos fora, o contacto cresceu: quer através da homenagem que num periódico local quis prestar a esse figueirense mestre de filosofia, quer através do contacto com outras publicações — como a das «Cinquenta fábulas de Fedro», composta em Aveiro em 1929 —, quer pelo assíduo contacto com a benemérita «Labor», uma das melhores revistas de professores que já houve e onde até alcancei publicar um escrito, quer ainda através da melancólica aquisição de algumas obras da sua biblioteca particular, em Lisboa leiloadas...

Igualmente no liceu descobri o Doutor Rodrigues Lapa, nos «Textos Literários» da também

sua «Seara Nova». Quantas coisas não estudei eu, nesses livrinhos pedagogicamente primorosos?! Desde o quarto ano, a gente devia ler e resumir ou apreciar por escrito alguns deles; e isso, que implicava bastante trabalho, fazia eu com um entusiasmo que ainda hoje gosto de lembrar. Que bem me ensinou aí o Doutor Rodrigues Lapa! E o interesse despertado foi continuando-se pelos tempos fora, pelas suas edições para os «Clássicos Sá da Costa» ou as «Cantigas» de Afonso X, até o ensaio «Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média», e as «Lições de Literatura Portuguesa», referidas igualmente ao tempo medieval.

Eis aí três mestres grandes, três homens que, ligados ao ensino, foram bons e constantes e honestos semeadores de uma seara imensa, de cujos frutos nenhum seria capaz de fazer seguro cálculo! E eu, embora um dos piores desses frutos, mas grato para com tais mestres, a quem nunca de resto pessoalmente conheci, não podia deixar fugir esta bela oportunidade de, homenageando-os, prestar honras a Aveiro que nos visita e foi pátria de tais homens.

bibRIA

A exibição do Rancho Folclórico do Baixo-Vouga (Eixo).





A entidades oficiais trocaram saudações e lembranças, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro no uso da palavra.

«O mar da Figueira é um mar de acolhedor aspecto. O verde do Atlântico cede ali o seu império às safiras e ao lápis-lazuli de certos golfos da Argólida. Compreende-se, enfim, contemplando-o, a existência de uma antiga lenda que o dá como tendo recebido outrora a visita duma galera grega cujos marinheiros se estabeleceram nesta deleitosa e vasta enseada, presos do encanto do céu, da pureza do ar diáfano e do cântico harmonioso e contente das vagas...».

João de Barros

(em «Guia de Portugal», 3.º volume, pág. 73).

ENCONTRO NACIONAL DOS GABINETES TÉCNICOS LOCAIS

Nos dias 25, 26 e 27 de Junho realizou-se em Aveiro o I Encontro Nacional dos Gabinetes Técnicos Locais, organizado pela Câmara Municipal de Aveiro e pelo Gabinete Técnico Local de Aveiro. A respectiva Comissão fora assim constituída: Presidente — Dr. José Girão Pereira, Presidente da Edilidade Aveirense; Vice-Presidente — Vereador Dr. Pires dos Santos; Direcção Técnica — Arq.^a Diamantina Bonito Machado Galacho, Arq.^o Mário Manuel Sarabando Dias, Eng.^o Nelson Marques Carlos e Dr. Fernando Manuel de Abreu Neto; Documentação — Maria Alexandra Lopes Ramos dos Santos.

Os trabalhos orientaram-se para os seguintes objectivos: Criar um espaço de diálogo que permitisse alicerçar e reforçar a troca de experiências entre os vários Gabinetes Técnicos Locais; criar um espaço de encontro e debate entre os representantes da Administração Central, Regional e Local e, bem assim, das várias entidades ou agentes possíveis de intervenção no processo de reabilitação urbana implementada através dos Gabinetes Técnicos Locais, perspectivando de forma integrada as futuras actuações; reflectir sobre a legislação subjacente à criação e funcionamento dos Gabinetes Técnicos Locais e sobre o seu enquadramento na Administração Pública; divulgar e debater as experiências empreendidas no domínio da reabilitação urbana, em Portugal; divulgar as experiências realizadas no domínio da reabilitação urbana em países com tradição na matéria; e reflectir sobre as potencialidades da reabilitação urbana.

Além de outros participantes — pessoas e colectividades — estiveram presentes representantes dos Gabinetes Técnicos Locais de Arouca, Estarreja, Feira, Beja, Braga, Guimarães, Miranda, Arganil, Condeixa-a-Nova, Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Soure, Évora, Lagos, Olhão, Guarda, Celorico da Beira, Gouveia, Alcobaça, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Nazaré, Pedrógão Grande, Pombal, Porto de Mós, Alfama, Mouraria, Porto, Gaia, Alcochete, Lamego, Viana do Castelo e Aveiro.

As cerca de oitenta comunicações tiveram como tema de fundo «A Reabilitação Urbana» e levaram os quase 250 participantes a debaterem um assunto de grande interesse para a colectividade, em ordem à preservação, conservação e melhoria do nosso património. Concretamente, falou-se da utilização de materiais e tecnologias na reabilitação de edifícios; abriram-se perspectivas no domínio do planeamento; tratou-se da conservação e solidificação de monumentos antigos; apontou-se casos pontuais; uns apenas programados, alguns em vias de execução e outros

Na sessão inaugural, o Vereador Pires dos Santos, em nome da Câmara Municipal, no uso da palavra.



já concretizados em centros turísticos e em zonas monumentais de diversas cidades; aludiu-se ao reforço da Igreja Católica no que se refere a templos seculares, de que ela é proprietária e guardiã; e focou-se a colaboração eficiente e a ajuda orçamental dos Organismos do Estado e das Instâncias Internacionais para a execução dessas obras.

No que toca a Aveiro, dissertou-se sobre a forma de preservar o bairro da Beira-Mar e não se deixou de aludir às disparidades já hoje chocantemente existentes no panorama citadino e às sucessivas destruições de alguns dos nossos edifícios e restos do nosso passado.

Transcrevemos, a seguir, as conclusões dos trabalhos.

PREÂMBULO

Considerando as comunicações apresentadas nas sessões de trabalho num total de 72 pelos G.T.L's de Arouca, Estarreja, Feira, Beja, Braga, Guimarães, Mirandela, Montemor-o-Velho, Soure, Évora, Lagos, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Nazaré, Pedrógão Grande, Pombal, Alfama (Lisboa), Mouraria (Lisboa) Porto, Gaia, Alcochete, Lamego, Viana do Castelo e Aveiro e ainda as demais intervenções dos participantes constantes do programa, entendem as respectivas mesas dever propor um conjunto de conclu-

sões revestindo o carácter de recomendações.

Antes de as apresentar, importa realçar, a nível preambular, 4 considerações de âmbito geral.

— o trabalho realizado pelos G.T.L's no curto período decorrido desde a sua criação demonstra que o Programa de Reabilitação Urbana desenvolvido a nível de Administração Local tem condições para poder prosseguir, desde que se mantenham e ampliem os apoios designadamente do Governo e das Autarquias.

— a reabilitação das áreas urbanas que são objecto de intervenção dos G.T.L's deve harmonizar-se com as áreas urbanas envolventes e o planeamento físico municipal;

— as intervenções devem estabelecer um diálogo claro e sem preconceitos entre obras de diferentes épocas incluindo as novas construções, por forma a se estabelecer um equilíbrio perdido nos últimos decénios;

— a consolidação da experiência de organismos como os GTL's e consequentemente a qualidade da sua prática dependente do estabelecimento de suporte financeiro que garanta o desenvolvimento de programas a médio e longo prazo designadamente pela criação de Fundos Municipais definidos no quadro de uma política de âmbito nacional.

Assim, submetemos à consideração da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, ADMINISTRAÇÃO LOCAL e G.T.L's, as seguintes:

Na sessão de encerramento, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro congratula-se com os participantes do Encontro.



RECOMENDAÇÕES

1 — Que os PRU's sejam a formalização natural dos processos de reabilitação cuja prática se verificou adquirir a adesão alargada e a consistência socio-económica e, como tal, os PRU's sejam integrados no sistema municipal de planeamento e gestão urbanística, tendo em vista facilitar a sua implementação.

2 — Que a nível da Administração Central se criem condições de mais eficaz tramitação processual, com maior operacionalidade regional (autonomia) e responsabilidade inerente dos departamentos que vierem a acompanhar as acções dos PRU's.

3 — Que a prática dos GTL's tendo em vista o objectivo central dos PRU's — «reabilitar a cidade, recuperando as casas», seja conduzida através duma permanente e mútua acção pedagógica de esclarecimento e sensibilização com as populações.

4 — Que a entidade promotora do Programa de Reabilitação (Ex-SEHU e actual SEALOT) deverá estruturar um sistema permanente de informação que dê a conhecer aos GTL's os meios institucionais disponíveis em cada momento, para cada área.

5 — Que se adapte o sistema legislativo e regulamentar às necessidades dos PRU's, dada a especificidade das áreas onde os G.T.L's actuam.

6 — Que os G.T.L's proponham aos órgãos autárquicos a aplicação da legislação existente compatível com as exigências e objectivos dos PRU's, nomeadamente a que de modo usual é designada por Lei dos Solos.

7 — Que os G.T. L's proponham às Autarquias a aplicação, a título excepcional, de posturas municipais, enquanto o sistema legislativo e regulamentar não for adaptado às exigências dos PRU's.

8 — Que se promova a regulamentação na especialidade da Lei-Quadro do Património (13/85) e a implementação de uma Lei-Quadro do Urbanismo.

9 — Que os textos legais na área do financiamento obedeçam à forma que vincule as instituições financiadoras, nomeadamente Caixa Geral de Depósitos, Montepio Geral e Crédito Predial Português.

10 — Que seja fomentada a criação de oficinas de restauro e de brigadas permanentes de recuperação.

11 — Que seja rapidamente viabilizado o alargamento do quadro técnico mínimo do GTL, sempre que tal seja solicitado, designadamente nas áreas da Economia e do Direito.

12 — Que se incentive a aplicação das modernas técnicas de reabilitação de infraestruturas de águas e esgotos em zonas urbanas, por forma a obter-se um elevado nível de qualidade desses

Um aspecto dos participantes do Encontro.



serviços com um mínimo de custos e um máximo de conforto para os transeuntes e utentes.

13 — Que os princípios que devem presidir à conservação e ao restauro dos monumentos sejam elaborados e formulados num plano internacional de modo a assegurar a sua aplicação dentro do quadro da sua própria cultura e das suas tradições.

14 — Que se preserve a autenticidade das obras que expressem a particularidade de um local ou de uma etapa da história dedicando-as ao uso e à fruição das gerações actuais e futuras.

15 — Que seja conhecida e utilizada a carta de Veneza, texto doutrinário fundamental do ICOMOS, não necessariamente como uma receita mas como um apoio metodológico.

16 — Que haja um maior relacionamento entre Autarquia Local (G.T.L.) e o I.P.P.C., nomeadamente através de protocolos que permitam ultrapassar dificuldades e/ou pontos de vista divergentes.

17 — Que se estabeleçam critérios de intervenção que habilitem os diversos departamentos, não só os com jurisdição sobre o património, mas também as organizações de bombeiros e as EPs como a EDP, CTT, TLP, à formulação de regras mais gerais no domínio da Reabilitação Urbana.

E ainda que em cada caso seja promovida a articulação com os departamentos intervenientes no sentido de garantir a coerência, qualidade e economia das suas intervenções.

18 — Que seja devidamente considerada a importância da informação, formação profissional e investigação na reabilitação do património construído, promovendo-se neste sentido a articulação com a Universidade e o LNEC.

19 — Que se privilegie o espírito de equipa de cada GTL, criando-se-lhe boas condições de trabalho internas e não desviando os seus elementos das tarefas que lhe estão atribuídas.

20 — Que se faculte aos utentes/inquilinos a maior participação na promoção da reabilitação, permitindo-lhes que os seus direitos não resultem em empedimentos à prática da manutenção e valorização do parque construído.

21 — Que no relacionamento técnico e administrativo dos GTL's com os Autarcas e com os Serviços Municipais seja adoptada uma relação aberta, geradora de confiança mútua, designadamente no que se refere à informação sobre as verbas atribuídas no CCF, indispensáveis à finalização das obras programadas (Programa Trienal).

22 — Que se estabeleçam e divulguem critérios técnicos, claros e fundamentados que dêem

BIBRIA

O Secretário de Estado da Habitação e Construção finalizando os trabalhos.



maior competência e respeitabilidade à gestão autárquica e transmitam aos proprietários/promotores e aos arquitectos os condicionalismos das intervenções nas áreas objecto de PRU's.

23 — Que, atendendo ao bloco histórico dos edifícios integrados nas Áreas dos Centros Históricos, bem como aos elevados custos que a sua recuperação exige, torna-se necessário que o Governo comparticipe nos custos destas obras demasiado onerosas para a generalidade das entidades públicas ou privadas responsáveis pela sua execução, concedendo verbas a fundo perdido, para esse efeito, à semelhança do já praticado em Lisboa e Porto, ao abrigo do despacho 7. da SEHU.

24 — Que, sendo necessário reactivar a linha PRID 84, é importante proceder à revisão da Legislação em vigor actualizando os limites dos montantes, de financiamento por fogo, e escalões de rendimentos máximos dos agregados familiares e ultrapassando a indefinição ainda existente sobre a manutenção das taxas de bonificação. Assim, considera-se decisivo o envolvimento das Câmaras Municipais através da obtenção de empréstimos destinados ao financiamento de obras de particulares.

25 — Que se reconheça a necessidade de reajustamento da linha de crédito PRID à nova Legislação das rendas, a fim de clarificar as condições da sua aplicabilidade no que respeita

à repercussão dos encargos das obras de conservação e beneficiação no valor actualizado das rendas.

26 — Que, na revisão da regulamentação do PRID, seja alargado o seu âmbito de aplicação no sentido de contemplar as propostas formuladas nos Programas de Reabilitação Urbana.

27 — Que seja definido claramente os critérios ao nível das entidades financiadoras e bonificadoras relativamente ao conceito de reabilitação urbana no sentido de se criarem as condições necessárias ao desenvolvimento dos projectos.

28 — Que na parte respeitante aos programas e Orçamentos Trienais já entregues seja conhecido o conteúdo das apreciações pela D.G.O.T. e a urgência na assinatura dos respectivos «contratos de colaboração financeira».

29 — Que devem ser criados incentivos fiscais para apoio e mobilização dos proprietários de edifícios localizados nas áreas reabilitadas.

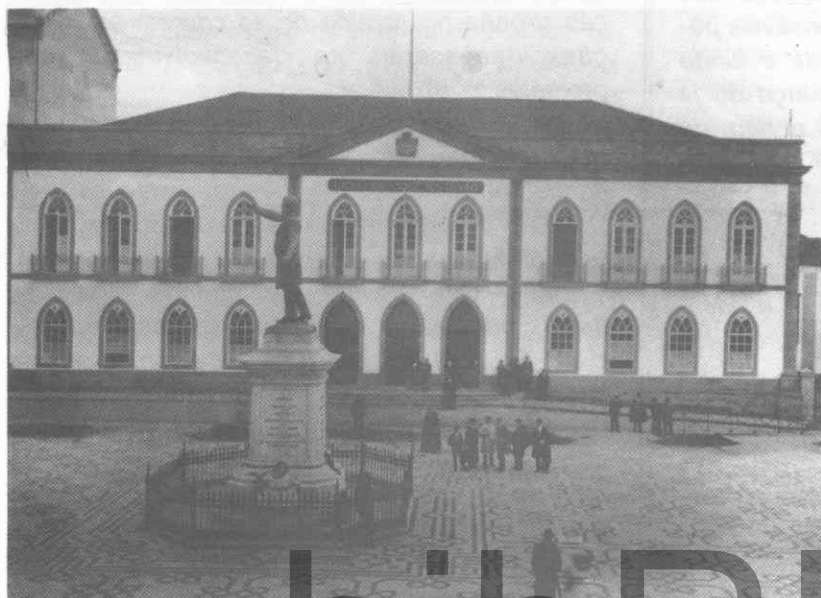
30 — Que devem ser criados incentivos à constituição de «sociedades de desenvolvimento municipal», com emissão de acções e a participação aberta a construtores, proprietários, moradores e ao próprio município.

31 — Que se desenvolvam esforços suplementares de financiamento pelos fundos comunitários para a recuperação do património edificado das zonas a recuperar.

«O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo».

Artigo 1.º da Lei n.º 13/85 de 6 de Julho

EMPEDRADOS DE AVEIRO — PRAÇA DA REPÚBLICA



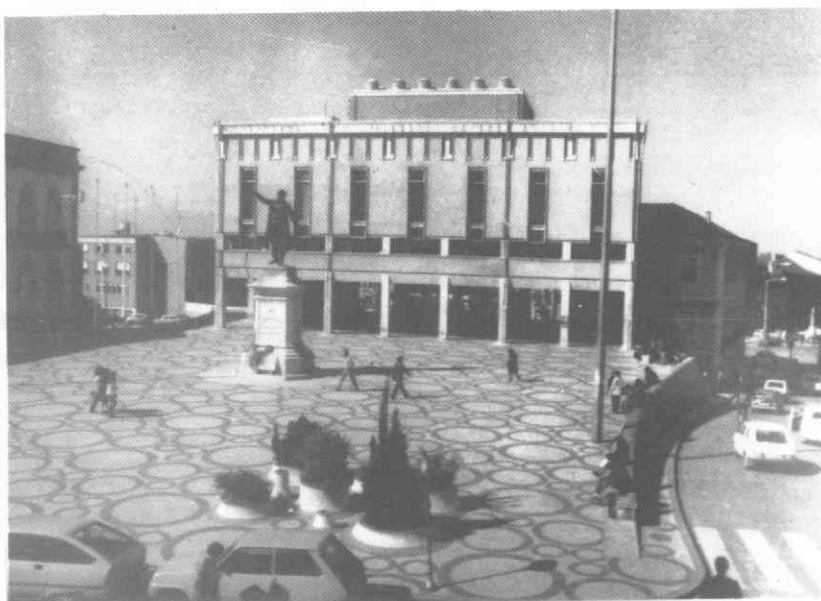
1903 — «... Uma arte que é de poucos e que muitos pisam sem olhar»

Dinis de Abreu
(«Diário Popular», 10-7-1965)

bibRIA

1966 — «Enquanto os passeios apresentam motivos continuos, com uma orientação precisa, as praças, ao contrário, apresentam desenhos fechados».

Günter Mader — Laila Neubert
(Revista «Bauwelt», 21-2-1975)

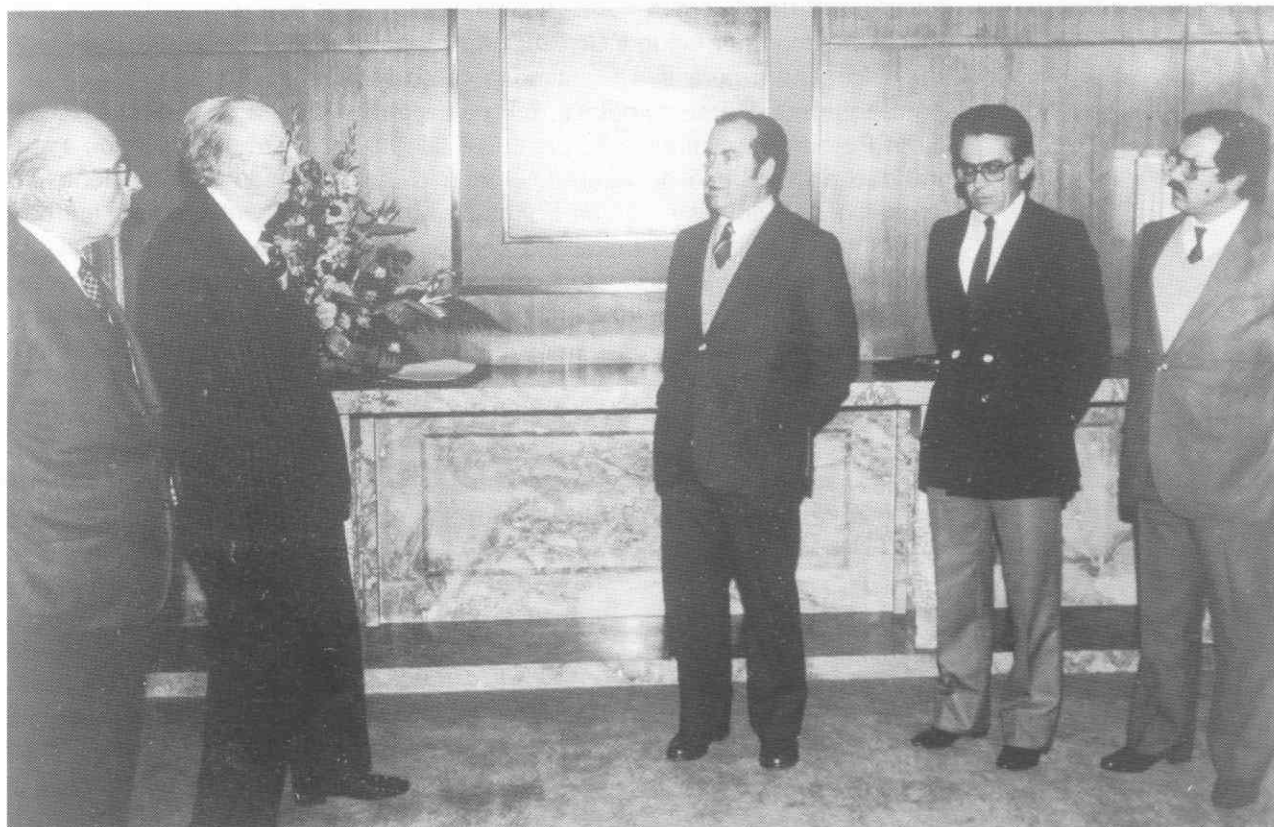


AGRADECIMENTO À FUNDAÇÃO GULBENKIAN

No dia 17 de Dezembro de 1985, deslocou-se a Lisboa uma embaixada da Câmara Municipal de Aveiro, para entrega da medalha de ouro da Cidade ao Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr. José de Azeredo Perdigão. A cerimónia realizou-se no salão de honra da Fundação, estando presentes todos os membros do Conselho de Administração da Fundação, e ainda a Esposa do Dr. Azeredo Perdigão, Dr.^a Maria Madalena de Azeredo Perdigão.

O acto começou com breves palavras proferidas pelo Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, Francisco da Encarnação Dias, que aludiu à dignidade do momento, falou do contributo da Fundação Gulbenkian à cultura nacional e enalteceu a actividade do Dr. Azeredo Perdigão na presidência do

O Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, no uso da palavra.
(O 2.º da esquerda é o Dr. José de Azeredo Perdigão).





O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, lendo a acta.

bibRIA

seu Conselho de Administração; referiu seguidamente as razões que levaram a Edilidade de Aveiro a conceder-lhe o mais alto galardão da Cidade, em 1973, e, cumprimentando a Sr.^a Dr.^a Madalena Perdigão, dirigiu-lhe especiais agradecimentos pela sua prestimosa colaboração.

Seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Câmara de Aveiro, Dr. José Girão Pereira, que igualmente prestou a sua homenagem e manifestou a sua gratidão ao Dr. José de Azeredo Perdigão, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, pela entrega do edifício e respectivo mobiliário do Conservatório Regional ao Município Aveirense e pela sua disponibilidade, sempre que solicitada; seguidamente, leu a acta, escrita em pergaminho, da decisão camarária de 1973, e também aproveitou a oportunidade para agradecer a colaboração da Sr.^a Dr.^a Madalena Perdigão.

Finalizando a breve cerimónia, o Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian proferiu palavras de agradecimento, recordou muito especialmente antigas relações com personalidades aveirenses, lembrou a sua intervenção como consultor jurídico de algumas sociedades e manifestou a sua grande satisfação sempre que visita Aveiro, uma cidade que muito aprecia e admira. A terminar, disse ainda que a homenagem que lhe prestavam os autarcas aveirenses só a entendia como extensiva a todo o Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, garantindo que Aveiro poderia contar sempre com a sua colaboração.

A embaixada aveirense foi constituída pelos Presidentes da Assembleia e da Câmara, respectivamente Francisco da Encarnação Dias e Dr. José Girão Pereira, e pelos Vereadores Dr. Celso Gomes, Eng.^o Vitor Silva e Capitão Moreira Tavares.

FEIRA DE MARÇO

De 22 de Março a 27 de Abril, decorreu em Aveiro a tradicional Feira de Março, criada há 552 anos. Presidiu ao acto inaugural o Governador Civil do Distrito e estiveram presentes o Presidente e alguns membros da Assembleia Municipal, o Presidente e quase todos os Vereadores do Executivo Camarário, um representante do Bispo da Diocese e outras entidades civis e militares.

Sendo o mais popular dos certames que se realizam em Aveiro, a Feira de Março de há muito que tem o cariz de feira-exposição de produtos variados, além das muitas diversões e das barracas com pequenas



Cartaz da Feira de
Março de 1986.

(Gabinete de Design
da C.M.A.

— Autor: Jorge Trindade).

utilidades. Não faltaram mesmo as mostras de automóveis, máquinas agrícolas, mobília doméstica, louças, material de informática e de comunicação, etc.. Refere-se também a presença dos «stands» da Cadeia de Aveiro, da Delegação Regional do INATEL, do Comando Distrital da PSP, da Misericórdia de Aveiro, do Lyons Club e outras colectividades. De Viseu, veio a habitual representação da Assembleia Distrital, com uma mostra de artesanato de cerâmica, de ferro e de bordados.

Desta vez, a Comissão Executiva, escolhida pela Câmara Municipal, promoveu um concurso de «stands», com o fim de criar no espaço da exposição no interior dos pavilhões cobertos um ambiente que não só prestigiasse a mostra como também contribuisse para a valorização das marcas ou produtos. O júri, constituído pelo Presidente da Câmara, pelo Prof. Celso dos Santos, representante daquela Comissão, por um membro da Associação Comercial de Aveiro, por um representante da Imprensa, por um arquitecto e por um designer, depois de cuidada apreciação, procedeu à seguinte classificação: 1.º prémio — União Comercial de Águeda; 2.º prémio — Autogrupo Lubritex; 3.º prémio — Assembleia Distrital de Viseu. Foram atribuídas menções honrosas a Telavário, Ribeiro & Rocha, Lda., e Santos Pereira & Antunes, Lda.. Os feirantes António Joaquim do Nascimento e António Pereira Leite também foram contemplados com diplomas e pequenas placas em prata pelos cinquenta anos de presença ininterrupta da secular Feira de Março. Os prémios foram entregues no dia 22 de Abril.

O dia 20 de Abril foi dedicado a Viseu. Os nossos visitantes, representando aquela Cidade e os seus órgãos autárquicos, foram recebidos nos Paços do Concelho. Depois de um passeio na Ria e do almoço, estiveram demorada e interessadamente na Feira

Calculou-se que visitaram o certame cerca de duzentas e cinquenta mil pessoas.

biblioteca

CONCURSO DISTRITAL DE COROS AMADORES

Numa iniciativa do Coral Polifónico de Aveiro, apoiado pela Câmara Municipal de Aveiro, realizou-se, durante o mês de Maio, o I Concurso de Coros Amadores do Distrito de Aveiro. As diversas eliminatórias decorreram nos dias 4, 11 e 18 do referido mês, no Castelo da Feira, no ginásio da Escola Secundária n.º 1 de Oliveira de Azeméis e no salão dos Bombeiros Novos de Aveiro. A final do Concurso efectuou-se nesta cidade.

Intervieram no certame o Grupo Coral de Esmoriz, o Coral de S. Tiago de Silvalde, o Coral dos Professores da Zona Escolar de Fiães, o Coro do Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, o Coral Misto de Gondesende, o Coral de Urrô, o Coro de Amadores de Música de São João da Madeira, o Orfeão da Feira, o Coral de S. Tiago de Riba UI, o Polifónico de Vale de Cambra, o Orfeão de Ovar, o Grupo Coral da Joba da Branca, o Coral de S. Martinho de Salreu, o Grupo Coral e Cénico de La-Salette de Oliveira de Azeméis, o Orfeão de Esgueira, o Polifónico de Calvão, o Orfeão Universitário de Aveiro, o Coral dos Bombeiros Novos, o Coral de Oliveira do Bairro, o Coral de Bustos e o Coral Vera-Cruz.

Aos três primeiros classificados foram atribuídos, além de prémios honoríficos, prémios monetários; o Coral classificado em primeiro lugar representará o Distrito de Aveiro no Concurso Nacional de Coros Amadores, a realizar no próximo ano. Os primeiros lugares foram conquistados pelo Coro do Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, pelo Grupo Coral da Joba e pelo Coral Vera-Cruz.

No dia 12 de Maio, feriado concelhio e festa de Santa Joana, abriu finalmente as portas a Galeria-Museu Municipal, uma aspiração de há anos a que a Câmara anterior deliberou dar execução e pela qual se esforçou o ex-Vereador Custódio Ramos. Na cerimónia da inauguração estiveram presentes o Governador Civil do Distrito, o Bispo da Diocese, os Presidentes e vários membros da Assembleia e da Câmara Municipais e diversas entidades civis e militares. O Dr. José Girão Pereira, nas palavras que proferiu, augurou que a Galeria-Museu fosse «um espaço em que a comunidade se reconheça, que seja um espaço humanizado, já que não há progresso sem espírito».

A Galeria-Museu Municipal, que corresponde a uma preocupação da Autarquia em apoiar e dinamizar a vida artística e cultural, pretende abrir-se a exposições temáticas, temporárias, e incentivar o gosto pelos valores superiores do homem. Encontra-se instalada ao lado da igreja da Misericórdia, no rés-do-chão de uma casa que, para o efeito, foi sujeita, durante meses, a profundas obras de adaptação e restauro. Na mostra inaugural, esteve patente parte do espólio municipal, como pintura, cerâmica e espécies bibliográficas; por ela, pretendeu-se prestar homenagem a todos os artistas que contribuíram para o enriquecimento do património aveirense.

A responsabilidade da gestão da Galeria-Museu é da Câmara Municipal, através do Pelouro da Cultura; uma comissão consultiva e técnica de apoio e de incentivo acompanha a Autarquia na defesa de critérios de selecção e formas de utilização integral deste espaço.

bibRIA

No rés do chão deste edifício está instalada a Galeria-Museu Municipal.



Com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro e da Associação Portuguesa dos Editores e Livreiros, uma comissão de livreiros desta cidade organizou a 14.ª Feira do Livro de Aveiro, que se realizou de 24 de Maio a 10 de Junho. O local escolhido, não sem alguma controvérsia, foi a praça central da Avenida do Dr. Lourenço Peixinho — e não um dos pavilhões do recinto das feiras e exposições, como era sugestão da Edilidade.

O presidente da Assembleia Municipal, Francisco da Encarnação Dias, e os Vereadores Prof. Celso dos Santos, Vitor Carvalho Sequeira e Carlos Santos estiveram presentes no acto da inauguração, visitando os diversos «stands».

FEIRA DO LIVRO

Aveiro 24 Maio-10 Junho 86

bibRiA



Cartaz da Feira
do Livro de 1986.

(Gabinete de Design
da C.M.A.

— Autor: Jorge Trindade)

Para o Prof. Celso dos Santos, o facto de a feira se realizar na Avenida Dr. Lourenço Peixinho pode vir a ser interpretada como uma cedência por parte da Câmara que no ano passado fez finca-pé para que o certame se realizasse no Pavilhão de Feiras e Exposições. «Pode ser interpretado o facto como uma cedência, mas demos aos livreiros a possibilidade de escolha para que a feira se realizasse, embora a Câmara continue a entender que este não é o melhor local» — declarou o referido Vereador, na altura da inauguração, que acrescentou: — «Fazemos votos para que a Feira seja movimentada e que o livro vá ao leitor. Este não é o melhor local, inclusive para a animação cultural que se vai realizar, para além dos perigos que oferece às pessoas, já que se trata de uma artéria de muito trânsito».

FESTAS DA CIDADE E DO MUNICÍPIO

As tradicionais Festas da Cidade e do Município de Aveiro decorreram entre os dias 3 e 18 de Maio. Realizaram-se diversas manifestações religiosas, culturais, desportivas e recreativas.

No campo cultural, salientou-se a realização de espectáculos de teatro infantil pelo CETA (Círculo Experimental de Teatro de Aveiro), em Eirol e em Nariz; pelo TIA (Teatro Independente de Aveiro), em São Jacinto e Aveiro; pelo grupo «Semente» na Quinta do Gato, e pela Companhia Nacional de D. Maria II, no Teatro Aveirense. Ainda no âmbito cultural, há que destacar a realização do 2.º Festival de Cinema dos Países de expressão portuguesa, organizado pela Cooperativa «Grande Plano»; um ciclo de conferências e recitais de poesia sobre a língua lusa; e um colóquio sobre Aveiro e os espaços verdes. Completaram este conjunto de iniciativas culturais exposições de pintura, escultura e fotografia, a realização de um rali-fotográfico («Allavario») promovido pelo Clube dos Galitos e uma mostra de vídeo e diaporama.

No sector recreativo, o folclore esteve também em evidência, com um desfile na Avenida do Dr. Lourenço Peixinho e exibição na Praça da República de todos os grupos do concelho, a actuação de bandas de música aveirenses e da Tuna Académica de Coimbra e um concerto pela orquestra ligeira do Exército, este integrado no «Dia Mundial dos Museus». Houve ainda espectáculos de música «rock», a final do 1.º Concurso de Coros Amadores do Distrito, a 4.ª Exposição Canina Nacional e uma corrida de galgos com lebre mecânica.

Ampla e diversificada foi a programação desportiva. Ela incluiu torneios de basquetebol juvenil, andebol, atletismo e o grande prémio de ciclismo «Rota da Luz»..

Como habitualmente, o dia 12 (feriado municipal e dia da Padroeira Santa Joana) absorveu grande número de iniciativas, com o seguinte programa: 9.30 horas, salva de morteiros; 10 horas, arruada, com a participação das bandas Amizade, Associação Recreativa Eixense, Senhora do Álamo, Escola de Música de Quinta do Picado e as fanfarras de São Bernardo, Costa do Valado e São Jacinto. À mesma hora, 4.ª Corrida de Bandeja dos Empregados de Mesa de Aveiro, na Avenida do Dr. Lourenço Peixinho; 11.30 horas, na Igreja de Jesus, Missa da Padroeira; 12.30 horas, inauguração da Galeria-Museu Municipal (junto à igreja da Misericórdia); 14 horas, na Avenida do Dr. Lourenço Peixinho, chegada da última etapa do grande prémio de ciclismo «Rota da Luz»; 16 horas, visita guiada ao túmulo de Santa Joana; 18 horas, procissão de Santa Joana, com o itinerário habitual.

AVEIRO

FESTAS DA CIDADE

3 A 18 MAIO 86



ARTE · CULTURA · DESPORTO

Em 14 de Fevereiro de 1905, por escritura notarial, constituiu-se uma sociedade que tinha por objecto a fabricação de louça de uso comum e de utilização imediata, com a designação de «Fábrica de Louça dos Santos Mártires», pelo bairro onde se radicou; seria o início e o núcleo da Fábrica Aleluia. Dissolvida aquela sociedade em 1906, João de Pinho das Neves Aleluia e sua Esposa assumiram todas as responsabilidades. Mais tarde, em 1911, compraram uma propriedade na Fonte Nova e para aí mudaram, em 1917 a referida Fábrica.

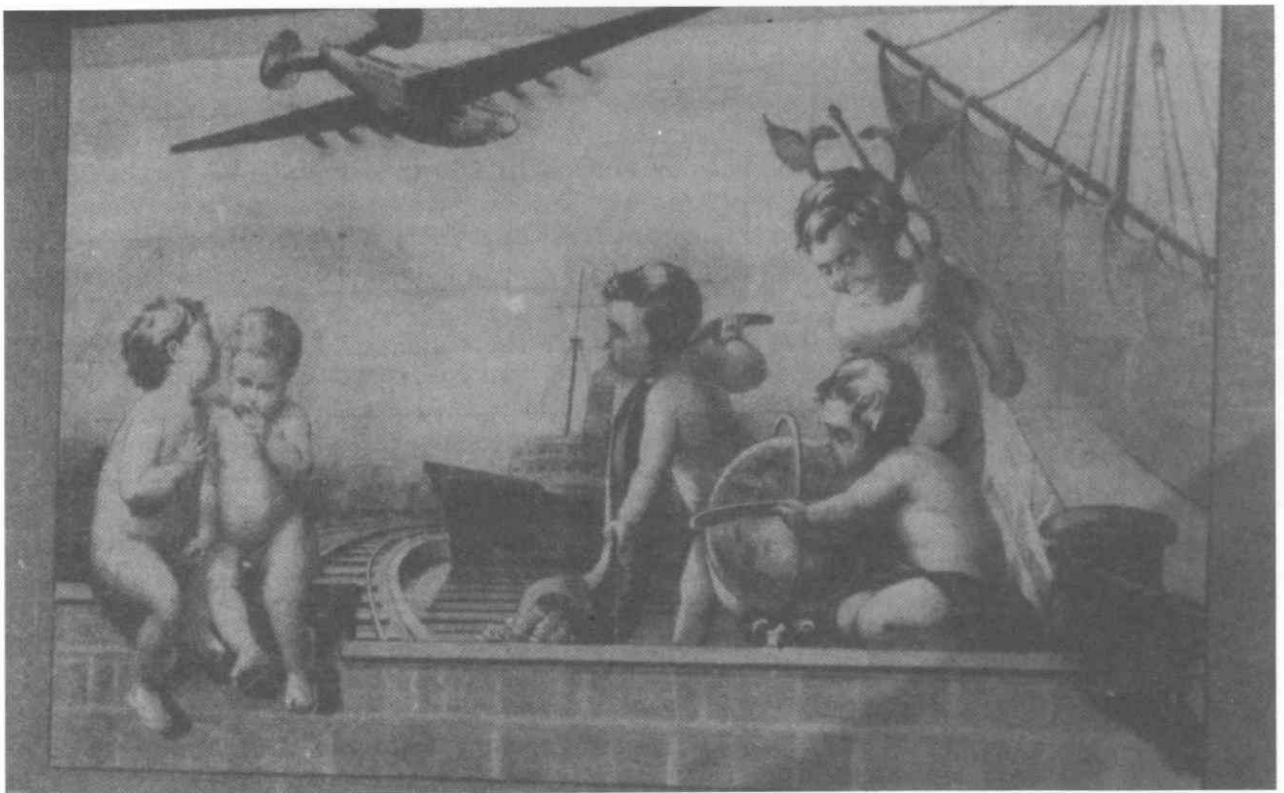
Entretanto, a Fábrica Aleluia deixou, há anos, as suas instalações na Fonte Nova e transferiu-se para outro local, na estrada de Cacia. O velho edifício acabou por ser recentemente demolido, para dar lugar a uma nova urbanização, prevista para o centro citadino.

Todavia, tanto a Câmara Municipal de Aveiro como a Administração da Fábrica Aleluia procuraram preservar não apenas moldes e formas de produção, mas também peças e trabalhos cerâmicos.

Com efeito, a Edilidade, por intermédio dos Serviços da Cultura, conseguiu a generosa oferta, para o património municipal, de azulejaria e maquinaria de diferentes anos, que constituem documentos da história da empresa e da cidade.

O acordo estendeu-se ainda à salvaguarda de dois grandes painéis de azulejo, que se retiraram intactos das paredes, antes da demolição; um deles encimava o portão principal da fábrica e o outro decorava um dos gabinetes do escritório.

Painel de azulejo que encimava o portão principal da Fábrica Aleluia.



Organizado pela Direcção do Rancho Folclórico do Baixo-Vouga (Eixo) e com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro e do Conselho Técnico da Federação do Folclore Português, realizou-se nesta cidade no dia 29 de Maio, o I Colóquio sobre Folclore e Etnografia. Do programa constaram os seguintes temas: — As duas faces do Folclore; O Folclore e a Juventude; O carro rural de bois; Como organizar um Rancho ou um Grupo Folclórico.

Presidiu aos trabalhos o Verador Prof. Celso dos Santos e, além de outras individualidades relacionadas com os estudos projectados, estiveram presentes José Maria Marques e Severim Marques, respectivamente vice-presidente da Federação do Folclore Português e membro do Conselho Técnico da mesma Federação. Fizeram-se representar o Grupo de Santo António da Casa do Povo de Requeixo, o Grupo Folclórico do Carregal (Requeixo), o Grupo Folclórico do Baixo-Vouga (Eixo), o Rancho Folclórico «As Lavradeiras de Sarrazola (Cacia), o Rancho Folclórico de Nossa Senhora da Nazaré (Verba - -Nariz), o Rancho Folclórico de Eirol, o Grupo Folclórico e Etnográfico de Albergaria-a-Velha, o Rancho Folclórico do Rio Novo do Príncipe, o Grupo Etnográfico da Casa do Povo de Avanca, o Rancho Regional da Casa do Povo de Ílhavo, o Rancho Folclórico Lusitano da Casa do Povo de Angeja, o Rancho Folclórico «As Andorinhas de S. Silvestre» (Bunheiro) e o Grupo Folclórico Juventude de Mamodeiro.

Foi esta uma realização válida pelas comunicações apresentadas sobre folclore, no tocante a trajes, danças, cantos e músicas e, no que respeita a etnografia, sobre instrumentos musicais, utensílios agrícolas, etc..

Os trabalhos encerraram com as conclusões seguintes:

No final do I Colóquio sobre Folclore e Etnografia, realizado no dia 29 de Maio de 1986, na Cidade de Aveiro, com uma considerável participação, foram votadas as seguintes conclusões por todos os presentes, designadamente pela juventude:

1.º — *Que se integre, sem perda de tempo, no ensino básico e secundário, uma disciplina de Folclore e Etnografia, considerando que só assim se conseguirá o indispensável interesse pela Cultura Popular, no tocante aos usos e costumes ancestrais do povo do nosso País, que urge não deixar perder; a integração de Portugal na CEE também exige da nossa parte um estudo e um interesse pela cultura popular que nos dignifiquem perante os restantes membros comunitários. Esta conclusão deve ser transmitida a Sua Ex.ª o Ministro da Educação e Cultura e ao Exmo. Secretário de Estado da Cultura.*

2.º — *Que o Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Aveiro e os grupos possam criar condições para que, num futuro próximo, se venha a realizar nesta Cidade uma concentração da juventude do concelho de Aveiro, tendo como motivo um programa de ordem cultural, delineado com a devida antecedência.*

3.º — *Que a representatividade a poder ser dada aos grupos ditos folclóricos existentes no concelho de Aveiro, com excepção dos grupos federados, se entenda por uma recolha devidamente feita, no que respeita aos trajes, letras, músicas e danças.*

4.º — *Que a Federação do Folclore Português, através dos membros do seu Conselho Técnico Regional, possa dar o melhor apoio, dentro do possível, aos grupos do concelho de Aveiro, no que respeita à representatividade dada àqueles que ainda a não possuam e colaborar com os já federados o mais estreitamente possível, quando solicitado.*

NOTÍCIAS BREVES

Janeiro, 20	A Câmara deliberou que a Comissão Executiva da Feira de Março fosse constituída pelo Vereador Celso dos Santos, Arq. ^a Emília Lima, Vasco Lopes, José Evaristo de Almeida, Elmano Ramos e um representante da Associação Comercial.	Feira de Março
Fevereiro, 3	Foi deliberado submeter ao parecer da Comissão Municipal de Urbanismo e Protecção do Património o Plano de Pormenor Urbanístico da Quinta do Torto, elaborado pelos Serviços Técnicos do Município.	Quinta do Torto
	Por proposta do Presidente, foi deliberado criar os Gabinetes de Design e da Imprensa.	Novos Gabinetes
Fevereiro, 26	O Vereador Vítor Silva comunicou que a Confederação dos Caçadores Portugueses possui várias peças destinadas ao Museu de Caça e Pesca, e propôs que as mesmas fossem depositadas e expostas, embora com carácter provisório, na Casa de Chá do Parque. A Câmara aprovou aquela proposta e autorizou a realização das obras indispensáveis para o efeito.	Caça e Pesca
Março, 3	Na sequência de deliberações anteriores, o Presidente da Câmara Municipal fez a distribuição de tarefas por todos os Membros do Executivo, da forma seguinte: — PRESIDENTE: Coordenação Geral; Relações Públicas e Comunicação Social; Gestão Financeira; Cultura; Desporto; Tempos Livres e Juventude (com Vereador Celso dos Santos); Urbanismo e Ordenamento do Território (com Vereador Pires dos Santos); Recuperação Urbana; FEDER; Assembleia Distrital. — VEREADOR CELSO DOS SANTOS: Educação e Ensino; Cultura; Desporto; Tempos Livres (com Presidente da Câmara); Mercados e Feiras (com Vereador Carlos Santos); Exposições e Festas do Município; Paisagismo e Meio Ambiente (com Vereador Carlos Santos); Toponímia (com Vereador Vítor Sequeira); Turismo; Fundo Social Europeu. — VEREADOR PIRES DOS SANTOS: Serviços Administrativos e Gestão do Pessoal; Serviço de Atendimento ao Público; Obras Particulares e Loteamentos; Promoção de Habitação Social; Património Municipal; Urbanismo e Ordenamento do Território (com Presidente da Câmara); Recuperação Urbana GTL (com Presidente da Câmara); Representação na AIRC; Serviços Municipalizados. — VEREADOR VÍTOR SILVA: Obras Públicas; Armazéns Gerais; Higiene e Limpeza; Gestão de Habitação Social; Trânsito e Sinalização (com Vereador António Alves); Comunicações e Transportes; J.A.P.A.; Reserva Natural de São Jacinto; Serviços Municipalizados. — VEREADOR VÍTOR SEQUEIRA: Acção Social (Infância e Terceira Idade); Toponímia (com Vereador Celso dos Santos); Representação nos Tribunais. — VEREADOR ANTÓNIO ALVES: Trânsito e Sinalização (com Vereador Vítor Sequeira); Serviços Municipalizados. — VEREADOR CARLOS SANTOS: Mercados e Feiras (com Vereador Celso dos Santos); Gabinete do Baixo Vouga; Sanidade Pecuária; Paisagismo e Meio Ambiente (com Vereador Celso dos Santos).	Distribuição de Tarefas

Março, 3	A Câmara nomeou como representante do Município de Aveiro na Assembleia Intermunicipal da Associação de Informática da Região Centro os Vereadores Pires dos Santos e António Alves.	Assembleia Intermunicipal
	A Câmara deliberou nomear o Presidente como seu representante na Assembleia Distrital de Aveiro, durante o triénio 86/88.	Assembleia Distrital
	O Presidente indicou, nos termos legais, que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados fosse constituído pelos Vereadores Vítor Silva, Pires dos Santos e António Alves.	Serviços Municipalizados
Março, 10	O Vereador Celso dos Santos propôs que ficasse exarado em acta um voto de congratulação pela forma eficaz como têm decorrido as reuniões da Assembleia Municipal e o comportamento exemplar de todos os partidos políticos que a compõem, nomeadamente em relação à aprovação do Plano de Actividades e Orçamento Ordinário para 1986.	Voto de Congratulação
Março, 17	Foi deliberado abrir concurso limitado para elaboração do estudo do arranjo urbanístico da Baixa de Santo António.	Baixa de Santo António
	A Câmara deliberou exarar em acta um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Francisco José Rodrigues do Vale Guimarães que há anos fora agraciado com a Medalha de Ouro da Cidade.	Voto de pesar
	Foi deliberado indicar o Presidente como representante da Câmara na «Região de Turismo Rota da Luz».	«Rota da Luz»
Abril, 21	O Presidente informou que a Edilidade de Viseu já deu o nome de Aveiro a um dos arruamentos e propôs que o nome daquela cidade fosse incluído na nossa toponímia.	Toponímia
	A Câmara aprovou o Plano de Pormenor do Caião, elaborado pelos Serviços Técnicos.	Plano do Caião
Maio, 5	A Edilidade deliberou encarregar os Serviços de Cultura de apresentarem uma proposta sobre o material necessário para a instalação de uma videoteca municipal, cujo interesse e oportunidade serão apreciados em devido tempo.	Videoteca Municipal
	O Vereador Celso dos Santos informou os restantes membros do Executivo que as Acções de Formação Profissional, Jardinagem, Calçetaria, Construção Civil e Meio Ambiente, financiados pelo Fundo Social Europeu, registaram 43 inscrições.	Acções de Formação
	A Câmara deliberou que a Casa de Chá do Parque seja adaptada a restaurante, em condições a fixar, devendo para o efeito os Serviços Técnicos procederem ao necessário estudo.	Casa de Chá do Parque
	Foi submetido à consideração do Executivo o Plano de Pormenor da Quinta do Simão, elaborado pelos Serviços Técnicos do Município, o qual foi aprovado.	Quinta do Simão
	A Câmara apreciou uma proposta do artista Cândido Teles — que aprovou e mandou executar — com vista à colocação de um outro painel artístico cerâmico na Rua do Clube dos Galitos, junto à fonte, com uma área de 24 m ² .	Painel cerâmico

Junho, 16

O Presidente comunicou que a Câmara Municipal se candidatou com os seguintes projectos à comparticipação do FEDER: — Rede de Esgotos do Concelho de Aveiro; Captação e Armazenamento de Água no Concelho; Abastecimento de Água ao Concelho; e Tratamento de Esgotos.

Comparticipação do FEDER

Foi deliberado encarregar o Gabinete de Design do Município de elaborar um estudo com vista à colocação de uma boa sinalética em toda a cidade.

Sinalética citadina

A Câmara tomou conhecimento de um ofício do Conselho de Administração das Fábricas Aleluia, pelo qual se comunicava que o referido Conselho estava receptivo à ideia de confiar à guarda deste Município, as peças de cerâmica e de azulejaria existentes naquelas instalações, sem contudo se transmitir o direito à posse.

Fábricas Aleluia

Foi presente o «Esboço das Bases Gerais para a Associação de Municípios», já aprovado pelos restantes Municípios: o Executivo deliberou submetê-lo à Assembleia Municipal.

Associação de Municípios

Junho, 30

A Câmara tomou conhecimento e aprovou o Plano Parcial de Pormenor Urbanístico do Picoto — Oliveirinha, elaborado pelos Serviços Técnicos.

Plano do Picoto

O Presidente informou que o representante da cidade de Trois-Rivieres, do Estado de Quebec, no Canadá, solicitara o aval do Município com vista a um intercâmbio quer entre os estabelecimentos de ensino, quer entre as duas Comunidades, nos mais diversos campos, e ainda entre as Câmaras Municipais respectivas; foi deliberado encetar diligências no sentido de se incentivar as mencionadas relações de amizade.

Intercâmbio entre cidades

EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

1. — LIVROS E OPÚSCULOS

AVEIRO, BERÇO DA LIBERDADE, A REVOLUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1828 — Marques Gomes - Ed. 1928.

AVEIRO, ROTEIRO DA CIDADE — Comissão Municipal de Turismo - Ed. 1945.

DIVAGAÇÕES DE UM TERCEIRO — Jaime de Magalhães Lima - Ed. 1957.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. ALBERTO SOUTO NO ACTO SOLENE DA SUA POSSE EM 11 DE MAIO DE 1957 - Ed. 1957.

EFEMÉRIDES AVEIRENSES. VOL. I — António Cristo - Ed. 1959.

COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. I — Rocha Madaíl - Ed. 1959.

JOSÉ ESTÊVÃO - ESTUDO E COLECTÂNEA — Comissão do Centenário de José Estêvão - Ed. 1962.

O MEU DIÁRIO DE VIAGEM — D. João Evangelista de Lima Vidal - Ed. 1967.

COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. II — Rocha Madaíl - Ed. 1968.

LIVRO DE ACORDOS DA CÂMARA DE AVEIRO DE 1580 — Francisco Ferreira Neves - Ed. 1971.

MOLICEIROS — Diamantino Dias - Ed. 1971.

AVEIRO E A SUA REGIÃO — Fernando Rebelo / Ângelo Quaresma - Ed. 1979.

A FREGUESIA DE SÃO BERNARDO — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1980.

A PRINCESA SANTA JOANA E A SUA ÉPOCA. 1452-1490 — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1981.

ROTEIRO DE AVEIRO — Comissão Municipal de Turismo - Ed. 1983.

JOSÉ ESTÊVÃO - DISCURSOS PARLAMENTARES Ed. 1983 (Reimpressão fac-similada da 1.^a edição).

AVEIRO. NOTAS HISTÓRICAS — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1983.

CACIA E O BAIXO VOUGA - APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ETNOGRÁFICOS — Bartolomeu Conde (Coordenador) - Ed. 1984.

AVEIRO ANTIGO. CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE ANTÓNIO GRAÇA — Ed. 1985.

INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA. COMEMORAÇÃO DOS 75 ANOS. IMAGENS DA ÉPOCA — Coordenação de Custódio Ramos, Emanuel Cunha e Manuel Rodrigues - Ed. 1985.

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO — n.º 1 Março de 1983; n.º 2 — Outubro de 1983; n.º 3 — Abril de 1984; n.º 4 — Outubro de 1984; n.º 5 — Março de 1985; n.º 6 — Dezembro de 1985; n.º 7 — Junho de 1986.

2. — CERÂMICA

ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultor: Jorge José de Figueiredo; Material: «Biscuit»; Oficina: Fábrica da Vista Alegre; Tiragem: Mil exemplares numerados (Série limitada); Ano: 1983.

ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultora: D. Maria Graciosa Mendes de Carvalho; Material: Barro vermelho; Oficina: José Augusto; Ano: 1983.

BUSTO DA REPÚBLICA — Escultor e oficina: José Augusto; Material: Barro vermelho; Ano: 1985.

3. — NUMISMÁTICA

MEDALHA COMEMORATIVA DO 225.º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DE AVEIRO A CIDADE — Desenho: José Augusto; Diâmetro: 8,9 cm; Material: Bronze; Tiragem: 500 ex. Ano: 1984.

MEDALHA COMEMORATIVA DO 550.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Jorge Trindade; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1984.

A PRAÇA DA REPÚBLICA	• Judith Maggiolly	• 3
ABERTURA	• José Girão Pereira Presidente da Câmara Municipal	• 7
ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	• Redacção	• 9
DR. JAIME DE MAGALHÃES LIMA — NO CINQUENTENÁRIO DA SUA MORTE	• Redacção Mons. Aníbal Ramos	• 13
O FOLCLORE E O DESENVOLVIMENTO CULTURAL DA JUVENTUDE	• Maria Fernanda Vieira	• 21
FORNO CERÂMICO DE EIXO	• Artur Jorge de Almeida	• 25
O CARRO RURAL DE BOIS	• Severim Marques	• 27
AVEIRO NA FIGUEIRA DA FOZ	• Redacção Dr. José Pires Lopes de Azevedo	• 31
ENCONTRO NACIONAL DOS GABINETES TÉCNICOS LOCAIS	• Redacção Conclusões	• 35
EMPEDRADOS DE AVEIRO — PRAÇA DA REPÚBLICA	• Redacção	• 40
NOTICIÁRIO:		
— FUNDAÇÃO GULBENKIAN	• Redacção	• 41
— FEIRA DE MARÇO	• Redacção	• 43
— COROS AMADORES	• Redacção	• 44
— GALERIA-MUSEU MUNICIPAL	• Redacção	• 45
— FEIRA DO LIVRO	• Redacção	• 46
— FESTAS DA CIDADE E DO MUNICÍPIO	• Redacção	• 47
— FÁBRICA ALELUIA	• Redacção	• 49
— FOLCLORE E ETNOGRAFIA	• Redacção	• 50
NOTÍCIAS BREVES	• Redacção	• 51
EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	• Redacção	• 54